

Lara Marisa Néné Tubal

Preditores da Disponibilidade Emocional nas Mães Adotivas

Mestrado em Psicologia da Educação

Trabalho efetuado sob a orientação de:
Professora Doutora Ana Susana Almeida



Universidade do Algarve

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2022

Preditores da Disponibilidade Emocional nas Mães Adotivas

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

(Lara Marisa Néné Tubal)

Copyright © 2022 Lara Marisa Néné Tubal

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

Agradecimentos

À professora Doutora Ana Susana Almeida, minha orientadora, pela confiança, pela disponibilidade, pelo apoio, pelas críticas e sugestões, e pelos incentivos, que fizeram com que este trabalho crescesse, e eu também.

A todos as pessoas que acompanham a minha vida nas suas diversas áreas, ao meus professores e colegas da Universidade do Algarve, que contribuíram e acompanharam, de alguma forma, o meu percurso nesta casa.

À Vera e à Maria, que me acompanharam deste o primeiro dia da licenciatura, e que fizeram com que esses anos fossem tão leves.

À Catarina, que me acompanhou no mestrado em todas as suas fases, e que sabia sempre como me fazer soltar uma gargalhada nos momentos mais tensos.

À Carolina, quem o universo tinha de colocar na minha vida, na jornada deste mestrado. Pelo suporte e ajuda incondicionais, assim como a disponibilidade e palavra amiga.

À Patrícia, por todo o carinho, apoio, motivação e disponibilidade que nunca me deixou faltar.

À minha Naida, que me ensinou a concretizar esta dissertação em equilíbrio com todas as restantes facetas da minha vida. Que desde as fraldas me acompanha nesta vida, caindo e levantando juntas. Pelo incentivo, apoio, motivação, ternura, força, e por cuidar sempre de mim.

Ao meu Miguel, que, sem fazer ideia do que seria este processo, nunca me deixou sentir sozinha. Pelo apoio incondicional, pela persistência, pelo amor, por me fazer sentir grata todos os dias. À melhor pessoa que já conheci.

Aos meus pais, Lurdes e Mário, pelo suporte sem fim, emocional e financeiro, pelas raízes e bases seguras, e pela aceitação e compreensão incondicional. Pelo incentivo enormíssimo, por nunca me deixarem ir abaixo e por me ensinarem o que é o amor.

À minha mana, Mónica, por cada palavra de força, suporte e carinho. Por nunca me deixar só. A minha metade. E às minhas sobrinhas, Matilde e Margarida, a minha força profunda, cujas gargalhadas tornaram todo este processo muito mais fácil.

Resumo

A disponibilidade emocional das mães adotivas revela-se como um importante fator para a relação com os filhos e para o desenvolvimento destes. Assim, considerou-se relevante explorar os possíveis preditores desta disponibilidade emocional. A presente investigação tem como principal objetivo explorar a relação entre a vinculação das mães adotivas, as práticas educativas parentais dos seus pais e a sua disponibilidade emocional com os filhos adotivos. Neste estudo, participaram 48 mães adotivas, residentes na região do Algarve. Foram utilizados os Questionários de Opinião Parental do Processo Adotivo (QOPPA) para obtenção dos dados sociodemográficos. A disponibilidade emocional diádica foi avaliada através das Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE). As percepções das mães relativas às suas relações de afeto foram avaliadas através da Escala de Vinculação do Adulto (EVA). A Escala de Memórias de Infância (EMBU) foi utilizada para avaliar a percepção acerca da frequência com que determinadas práticas educativas parentais foram experienciadas durante a sua infância e adolescência. Os resultados sugerem que: (1) a sensibilidade materna encontra-se negativamente associada à ansiedade na vinculação; (2) a estruturação materna encontra-se positivamente associada ao conforto e confiança nas relações de vinculação; (3) o suporte emocional experienciado pelos pais estava correlacionado com a vinculação do adulto, e com o conforto e confiança nestas relações, e encontrava-se negativamente correlacionado com a ansiedade sentida nas mesmas. Implicações práticas são discutidas, visando a formação dos profissionais que integram as equipas de adoção, bem como a sensibilização e a promoção de competências parentais.

Palavras-chave: Famílias adotivas; disponibilidade emocional; vinculação do adulto; práticas educativas parentais; memórias de infância.

Abstract

Adoptive mothers' emotional availability is revealed as an important factor for the relationship with their children and for their children's development. Thus, it was considered relevant to explore the possible predictors of this emotional availability. The main objective of the present investigation is to explore the relationship between the attachment of adoptive mothers, the parenting practices of their parents and their emotional availability with their adopted children. In this study, 48 adoptive mothers participated, living in the Algarve region. The Adoptive Process Parental Opinion Questionnaires (QOPPA) were used to obtain sociodemographic data. Dyadic emotional availability was assessed using the Emotional Availability Scales (EAE). Mothers' perceptions of their affective relationships were assessed using the Adult Attachment Scale (EVA). The Childhood Memories Scale (EMBU) was used to assess the perception about the frequency with which certain parenting practices were experienced during their childhood and adolescence. Results suggested that: (1) maternal sensitivity is negatively associated with attachment anxiety; (2) maternal structuring is positively associated with comfort and trust in bonding relationships; (3) the emotional support experienced by parents was correlated with adult attachment, and was negatively correlated with the anxiety felt in them. Practical implications are discussed, aiming at training professionals within adoption teams, as well as raising awareness and promoting parenting skills.

Keywords: Adoptive families; emotional availability; adult attachment; educational parenting practices; childhood memories.

Índice

1. Introdução	4
2. Enquadramento Concetual.....	6
2.1. A Adoção.....	6
2.1.1. A Vinculação nas Famílias Adotivas.....	7
2.2. A Disponibilidade Emocional.....	9
2.3. A Disponibilidade Emocional em Famílias Adotivas.....	12
2.4. A Disponibilidade Emocional e a Vinculação.....	14
2.5. As Memórias de Infância relativas a Práticas Educativas Parentais e a Disponibilidade Emocional.....	18
3. Objetivos e Hipóteses.....	22
4. Método	22
4.1. Participantes.....	22
4.2. Instrumentos.....	25
4.2.1. <i>Questionário de Opinião Parental do Processo Adotivo - QOPPA</i>	25
4.2.2. <i>Escalas de Disponibilidade Emocional – EDE</i>	26
4.2.3. <i>Escala de Vinculação do Adulto - EVA</i>	29
4.2.4. <i>Lembrança das práticas educativas parentais: EMBU – Memórias de Infância (MI)</i> 31	
4.3. Procedimentos	32
4.3.1. <i>Procedimento de Recolha de Dados</i>	32
5. Resultados.....	33
5.1. Análises preliminares / Análises exploratórias prévias	33
5.2. Associações entre a Disponibilidade Emocional, os estilos de vinculação maternos percebidos e as práticas educativas da infância das mães adotivas.....	36
5.2.1. <i>Resultados das análises de correlação</i>	36
5.2.2. <i>Análises de regressão e de mediação</i>	39
6. Discussão.....	43
1. Relação entre a disponibilidade emocional das mães adotivas com os seus filhos e a sua vinculação	44
2. Relação entre as memórias de infâncias das mães adotivas relativamente às práticas educativas parentais dos seus pais e a disponibilidade emocional que apresentam com os seus filhos	45
7. Considerações Finais	47
8. Referências Bibliográficas	50

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Descrição do nível de educação formal e das condições de empregabilidade das mães adotivas.....</i>	24
Tabela 2. <i>Resultados descritivos das medidas dos estilos de vinculação, da percepção das práticas educativas experienciadas na infância dos pais e das dimensões da Disponibilidade Emocional.....</i>	35
Tabela 3. <i>Correlações bivariadas e parciais (controlando a idade da criança) entre as dimensões da disponibilidade emocional da mãe e da criança e as características da mãe.....</i>	38
Tabela 4. <i>Análise de regressão do Conforto-Confiança na Estruturação diádica.....</i>	39
Tabela 5. <i>Análise de regressão do Suporte Emocional na Estruturação diádica.....</i>	40
Tabela 6. <i>Análise de mediação da percepção materna do Suporte Emocional na infância na Estruturação exibida com o filho adotivo através do Conforto-Confiança materna.....</i>	42

Índice de Figuras

Figura 1. <i>Modelo de mediação entre o Suporte Emocional parental percebido relativo à infância, o Conforto-Confiança nas relações com os outros e a Estruturação na interação diádica mãe-filho(a)</i>	42
---	----

1. Introdução

O presente estudo foca-se na disponibilidade emocional diádica das mães adotivas com os seus filhos, e no impacto que a sua vinculação aos seus próprios pais e as memórias de infância relativas às práticas educativas parentais dos seus pais, exercem na primeira.

A parentalidade é uma temática central no âmbito da ciência psicológica. Assume-se uma área de teorização e investigação tradicional e é, simultaneamente, de extrema atualidade. É um sistema tão antigo como a humanidade. São vários os fatores que influenciam este processo, como as características dos pais e da criança, o modo como estes relacionam e interagem, o suporte e o apoio da família alargada e as práticas que utilizam na educação dos filhos. A parentalidade é um processo dinâmico, complexo e imensamente desafiante. A parentalidade adotiva possui características muito próprias e processos particulares, que apenas esta tipologia familiar experiencia (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Uma das principais peculiaridades é o processo de vinculação (Levinzon, 2016). O facto da maioria das crianças adotadas ter sido exposta a uma panóplia de fatores de risco pode influenciar as relações de vinculação que irá estabelecer na sua vida (Román & Palacios, 2011).

A disponibilidade emocional (DE), de natureza diádica e relacional, é definida como a capacidade do cuidador para observar, interpretar e responder às necessidades emocionais da criança (Saunders et al., 2015). A disponibilidade emocional tem-se revelado fundamental para um melhor funcionamento das famílias adotivas (Altenhofen et al., 2013; Grotevant et al., 1988).

Na sua base, a DE inclui a teoria da vinculação (Bowlby, 1969), as teorias de Ainsworth et al. (2015), e as perspetivas emocionais de Mahler et al. (1975).

Ao longo do tempo, a literatura existente tem vindo a evidenciar a forte relação existente entre a disponibilidade emocional pais-criança e a segurança das vinculações das crianças em relação aos pais. No entanto, que seja do nosso conhecimento, apenas existe um estudo que considera a transgeracionalidade, explorando a vinculação do adulto e a disponibilidade emocional das famílias adotivas (ver Piermattei et al., 2017).

Bowlby (1973) considerou que um sistema comportamental estaria inerente às tendências das crianças para estabelecer laços emocionais fortes com os seus cuidadores, ou seja, as suas figuras de vinculação. Quando se ativa este sistema de vinculação, a criança procura proximidade física com a figura de referência, o que contribui para a promoção de segurança (Bowlby, 1973).

Um dos grandes contributos de Ainsworth (1989) para o conceito de vinculação foi a exploração da sensibilidade materna aos sinais da criança e o seu papel no estabelecimento da

vinculação segura mãe-criança. Sendo a sensibilidade uma das dimensões da disponibilidade emocional, é possível identificar alguns aspetos basilares comuns entre os construtos da vinculação e da disponibilidade emocional parental.

Bowlby (1969) referia a existência de uma tendência dos indivíduos para reproduzir um padrão de comportamentos, práticas e atitudes com os seus filhos, idêntico ao qual vivenciaram com os seus pais. Neste sentido, considera-se a existência de um fenómeno de transgeracionalidade das práticas educativas parentais (Lomanowska et al., 2015).

Alguns estudos consideram que indivíduos que têm uma perceção mais positiva da relação com seus pais tendem a revelar melhores relações com os seus filhos (ver Belsky et al., 2005; Capaldi et al., 2003; Cowan et al., 1996; Shannon et al., 2005; van Ijzendoorn, 1992).

Contudo, que seja do nosso conhecimento, até à atualidade não existe nenhuma investigação que considere a disponibilidade emocional parental e as práticas educativas parentais em famílias adotivas

Neste sentido, este trabalho pretende preencher as lacunas mencionadas existentes na literatura, e tem como objetivo principal analisar a relação entre a vinculação das mães adotivas com os seus pais, as práticas educativas parentais dos seus pais e a sua disponibilidade emocional com os filhos adotivos.

Este trabalho estrutura-se em onze capítulos. O presente capítulo introdutório tem o propósito de clarificar, sumariamente, as bases conceituais, sociais e empíricas do estudo, bem como explicar a estrutura e identificar as diferentes etapas e os seus conteúdos.

Nos capítulos 2 e 3 são apresentados os principais conteúdos considerados como relevantes no processo de revisão de literatura científica relativo ao processo adotivo e à disponibilidade emocional, no sentido de clarificar as influências conceituais nas quais se baseia o presente estudo. O Capítulo 2 encontra-se dividido em cinco subtópicos: 2.1. A Adoção, e A Vinculação em Famílias Adotivos, onde é definido o conceito de adoção, considerando alguns aspetos históricos desta temática, e explorar algumas particularidades da parentalidade adotiva, fazendo referência a diversos estudos; 2.2. A Disponibilidade Emocional, constituído por uma breve revisão da literatura com descrição das bases teóricas e conceituais, definições de diversos autores do construto e principais características, operacionalização e medidas de disponibilidade emocional; 2.3. Disponibilidade Emocional em Famílias Adotivas, que contém a exposição dos principais resultados de investigação existentes sobre este tema; 2.4. Disponibilidade Emocional e Vinculação do Adulto, onde são apresentadas as bases da Teoria da Vinculação, e as características inerentes à vinculação do adulto, e explora a relação entre os conceitos de disponibilidade emocional e vinculação do adulto; e por fim, 2.2. Memórias de

Infância relativas a Práticas Educativas Parentais e Disponibilidade emocional, que contém literatura relativa ao impacto das práticas educativas parentais no indivíduo e na forma como este irá interagir com os outros, em particular com os seus filhos.

O Capítulo 3 expõe os objetivos principal e específicos desta investigação, bem como as hipóteses explicativas do mesmo.

No Capítulo 4 é apresentado o Método do presente estudo, onde são descritas informações relevantes relativamente aos participantes, instrumentos de recolha de dados e aos procedimentos utilizados para sua recolha.

O Capítulo 5 revela os resultados obtidos neste estudo, e no Capítulo 6 os mesmos são discutidos, tendo em conta os objetivos e hipóteses.

Por fim, no Capítulo 7 constam as Considerações Finais da presente investigação, onde são descritas algumas implicações e contributos teóricos e práticos, identificadas limitações, bem como algumas das mais-valias deste estudo.

O último capítulo (Capítulo 8) diz respeito às referências bibliográficas consultadas no âmbito da redação da presente dissertação de mestrado.

2. Enquadramento Concetual

2.1. A Adoção

A adoção é um processo progressivo que permite a um casal ou uma pessoa desenvolver um vínculo emocional com uma criança ou jovem, que tenha sido desprovido dos cuidados familiares necessários para o seu desenvolvimento adequado (Román & Palacios, 2011). Tem como principal finalidade “*realizar o superior interesse da criança*” (Decreto-Lei nº 31/2003, p. 5313). Segundo Levinzon (2006), a adoção permite a criação de vínculos parentais que não estão associados a vínculos biológicos.

Este processo surge como resposta às crianças privadas da sua família biológica, tornando outra família responsável pelas funções parentais. Este processo tem em vista dar uma família à criança, uma vez que os seus pais biológicos não são capazes, não têm vontade, ou não estão legalmente autorizados para cumprir as responsabilidades parentais (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

De um modo geral, o papel da parentalidade já acarreta imensos desafios. Para além de todas as tarefas típicas de todas as famílias, o sistema familiar adotivo possui determinadas singularidades que não ocorrem em famílias biológicas (e.g., ausência de gravidez, a tomada de decisão de adoção, o processo de candidatura formal, avaliação e seleção para a

formalização da adoção, o passado de risco da criança, entre outras). Estas e outras especificidades das famílias adotivas e as suas potenciais consequências podem afetar as interações entre pais e filhos, assim como as relações de vinculação (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002).

Segundo Levinzon (2016), a convivência familiar por adoção, tal como em qualquer tipologia familiar, pode apresentar conflitos e dificuldades. Contudo, as peculiaridades inerentes às famílias adotivas impulsionam um maior esforço para adaptação na nova rotina, comparativamente às famílias com vínculos biológicos (Levinzon, 2016). Este processo pode contemplar sentimentos como ansiedade, desejos e medos, para os pais. A adoção e chegada de uma criança requer coragem para enfrentar o estigma social, mitos e crenças (Levinzon, 2006).

Assim que se inicia o processo de adoção, inicia-se um período de transição que se destina ao conhecimento mútuo e ao estabelecimento dos primeiros laços afetivos, ou seja, o processo de vinculação, que constitui a primeira tarefa inerente à parentalidade adotiva (Salvaterra & Veríssimo, 2008). Este processo vai considerar as características dos pais adotivos, as suas competências parentais e a história relacional da criança adotada (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Os pais adotivos devem criar um ambiente relacional que vá ao encontro das necessidades da criança. Devem integrá-la na família e desenvolver um sentimento de segurança e confiança, que serão fundamentais para um desenvolvimento psicológico saudável (Brodzinsky et al., 1998).

2.1.1. A Vinculação nas Famílias Adotivas

Resultados de investigação indicam que as crianças adotadas podem, efetivamente, estabelecer vínculos e relações com os seus pais adotivos, de forma segura. No entanto, são sempre construídos sob a influência das adversidades inerentes a todo o processo de adoção, uma vez que o passado destas crianças não desaparece com a chegada ao novo lar (Román & Palacios, 2011). A grande maioria destas crianças sofreu algum tipo de maltrato (e.g., abuso físico, emocional, sexual e/ou negligência), o que leva a uma distorção das relações emocionais básicas. Algumas destas crianças permaneceram durante um tempo em centros/casas de acolhimento temporário, onde o tipo de cuidados providenciados dificilmente consegue igualar os cuidados que ofereceria uma família adequada. De um modo geral, isto constitui uma exposição prévia a fatores de risco que pode influenciar negativamente as relações de vinculação e interações da criança com os

adultos (Román & Palacios, 2011). Do total de crianças e jovens que cessaram o acolhimento em 2020, 2.359, em média, permaneceram em situação de acolhimento 3,4 anos (CASA, 2021).

Barone et al. (2011) e Groh et al. (2016), consideraram a perspectiva da vinculação como uma temática adequada nos estudos relacionados com a adoção. Estudar a vinculação no âmbito da adoção permite compreender de que forma um novo ambiente relacional influencia padrões de vinculação de crianças adotadas e dos seus pais adotivos, e, conseqüentemente, o modo como isso vai contribuir para a sua adaptação e desenvolvimento (Barone et al., 2011; Groh et al., 2016).

A adoção é considerada uma oportunidade de experienciar um novo ambiente relacional que oferece às crianças a possibilidade de melhorar a sua adaptação socioemocional (Piermattei et al., 2017). Contudo, existem estudos que demonstram que não é a adoção por si só que providencia esta possibilidade, mas sim determinadas características da parentalidade adotiva. Beijersbergen et al. (2012) e Schoenmaker et al. (2015) salientaram a importância da sensibilidade dos pais adotivos na continuidade ou descontinuidade da vinculação nos seus filhos, enquanto Pace et al. (2012) e Pace e Zavattini (2010) apontaram para a oportunidade de serem adotados por mães com estilos de vinculação seguros, competentes e disponíveis para se envolver empaticamente com os seus filhos e encorajar a sua regulação emocional.

No seu estudo sobre o impacto do clima relacional familiar no ajustamento psicossocial dos jovens adotados, Ji et al. (2010) demonstraram que ainda existe pouco conhecimento acerca do papel do clima relacional familiar nas famílias adotivas. Estudos sobre o ajustamento das crianças referem que este é influenciado pela comunicação apoiante, controlo parental, conflito entre pais e filhos (Rueter et al., 2009), e pelo estilo de vinculação dos pais (Roberson, 2006; Santona & Zavattini, 2005).

Alguns estudos com famílias biológicas consideraram a influência da vinculação dos pais um com o outro no clima relacional familiar (e.g., Mikulincer & Florian, 1999; Santos et al., 2016). Salcuni et al. (2015), estudaram a relação do estilo de vinculação dos pais com o *stress* parental, e concluíram que a vinculação insegura dos pais influencia a forma como estes encaram os *stressores* da parentalidade.

Estudos que analisaram os estilos de vinculação de futuros pais, adotivos (em fase de pré-adoção) e biológicos (e.g., Calvo et al., 2015; Pace et al., 2015), concluíram que futuros pais adotivos apresentam mais indicadores de vinculação segura, pois apresentam menos ansiedade e evitamento. Futuros pais adotivos ultrapassam uma série de processos e obstáculos até conseguirem adotar uma criança. Até à conclusão do processo de adoção e tornarem-se pais, necessitam de investir profundamente na parentalidade e valorizar fortemente a intimidade, o

afeto e as relações com os indivíduos significativos na sua vida. Estes pais refletem e analisam o tipo de vinculação existente nas suas relações, devido à complexidade do processo de parentalidade que estão a vivenciar (Pace et al., 2015). Isto pode também dever-se ao facto de que, em média, os pais adotivos serem consideravelmente mais velhos do que pais biológicos, e, portanto, terem mais maturidade e estratégias para enfrentar as dificuldades inerentes à parentalidade (Ceballo et al., 2004; Palacios & Sanchez-Sandoval, 2006).

Relativamente ao clima relacional familiar, são escassos os estudos com famílias adotivas. Estes focam-se essencialmente na comunicação aberta acerca da adoção (Horstman et al., 2016; Rueter et al., 2009). A investigação relacionada com as famílias adotivas tem-se focado maioritariamente em estudar os padrões de desenvolvimento das crianças adotadas e o impacto da experiência de adoção na criança (i.e., capacidade das crianças adotadas para ultrapassar as adversidades vivenciadas, fatores e processos subjacentes à adaptação destas crianças), (Palacios & Brodzinsky, 2010), e só recentemente se começou a focar nos processos familiares.

Neste sentido, a presente investigação pretende colmatar estas lacunas presentes no campo da investigação e contribuir para o desenvolvimento e evolução da literatura científica nesta área em particular.

Uma relação de vinculação segura é moldada pelas trocas emocionais e cognitivas recorrentes nas interações entre pais e filhos, quando são caracterizadas pela capacidade do adulto de compreender e responder de forma adequada aos sinais da criança, proporcionando respostas que transmitem estados emocionais positivos e que facilitem o controlo dos estados negativos (Beebe & Lachmann, 2005).

2.2. A Disponibilidade Emocional

O construto de disponibilidade emocional (DE) surge, inicialmente, com Mahler et al., (1975), considerando o termo como a sincronia emocional e o apoio que a mãe dispõe à criança. Os autores referem que a disponibilidade emocional das mães nas interações com os seus filhos consiste num agente da experiência afetiva, através do qual se pode concluir se a mãe satisfaz, ou não, as necessidades do filho (Mahler et al., 1975).

Mais tarde, o construto é também definido por Emde (1980), como a responsividade emocional de cada indivíduo relativamente aos objetivos, sinais e necessidades dos outros. Considerou-o como um conceito relacional, de natureza bilateral, de expressão emocional e de responsividade relativamente às emoções dos indivíduos (Emde & Easterbrooks, 1985).

A DE tem, na sua base, a teoria da vinculação de Bowlby (1969), e as investigações e teorias de Ainsworth et al. (2015), e as perspetivas emocionais (Mahler et al., 1975), sendo ainda influenciada pelas teorias sistémicas (Guttman, 1991) e pela perspetiva transacional (Sameroff & Fiese, 2000). A teoria da vinculação formula conceitos base da DE, como a sensibilidade e responsividade, fundamentais para este construto (Biringen et al., 2014).

Atualmente, enquanto construto e medida, considera-se que a DE se associa às interações mãe-filho, e representa um indicador de qualidade dessa mesma relação (Saunders et al., 2015). Para espelhar verdadeiramente a interação entre pais e filhos, é necessário considerar (e avaliar) os comportamentos observados no adulto em relação à criança, e os da criança em relação ao adulto, uma vez que nem sempre são concordantes (Saunders et al., 2015).

Easterbrooks e Biringen (2000) consideram que a DE abrange a contribuição da criança para a regulação emocional da relação estabelecida, através da análise da responsividade da criança e do envolvimento do indivíduo significativo.

Biringen (2008 citada por Almeida, 2017) refere, ainda, que nas relações significativas saudáveis está presente um equilíbrio entre a procura da proximidade com a pessoa e o desejo de autonomia no meio, e isto constitui um dos pressupostos da DE.

A disponibilidade emocional é um construto multidimensional, que consiste na capacidade de parceiros diádicos experienciarem conexões emocionais saudáveis (Clark et al., 2021).

Apesar de o termo DE ser utilizado nas investigações na área da psicologia desde 1970 (Mahler et al., 1975), só nos últimos 20 anos foi desenvolvida uma medida validada do construto. De forma avaliar a disponibilidade emocional têm sido utilizadas as *Emotional Availability Scales (EAS)*. A operacionalização deste construto considera as seis dimensões subjacentes ao instrumento, das quais quatro são direcionadas aos comportamentos interativos dos adultos, e duas referentes às reações da criança com o adulto com quem está em interação (Saunders et al., 2015). Assim, além de contemplar a DE do adulto, as EA assumem a reciprocidade de interações existente na díade prestador de cuidados-criança/jovem.

As dimensões do adulto são Sensibilidade, Estrutura, Não Intrusividade, e Não Hostilidade e as dimensões da criança são Responsividade e Envolvimento (Saunders et al., 2015). A Sensibilidade consiste nos comportamentos e emoções do adulto para criar e manter

uma conexão positiva e saudável com a criança; a Estrutura refere-se à capacidade do adulto para suportar a aprendizagem da criança e orientá-la para novos níveis de compreensão, autonomia e independência; a Não Intrusividade trata-se da habilidade do adulto para estar disponível para a criança, seguindo a sua liderança, sem ser intrusivo com ela, nem interferir; Não Hostilidade refere-se à capacidade do adulto de regular as suas próprias emoções negativas, evitando expressá-las à frente da criança; a Responsividade da criança em relação ao adulto contempla a capacidade da criança para regular as suas emoções de forma adequada, e responder às ações do adulto de forma disponível e afetiva; o Envolvimento da criança consiste na atenção que esta presta ao adulto, nas situações em que toma iniciativa na interação, quando comunica com ele e o envolve no jogo (Saunders et al., 2015).

Cada uma das dimensões, bem como a operacionalização do construto serão aprofundados no capítulo Método (ver p. 28).

Com base nos resultados de diversas investigações, a disponibilidade emocional tem sido relatada como um importante preditor de resultados desenvolvimentais positivos. Entre estes, encontram-se a autocompreensão dos estados emocionais em crianças pequenas e a exibição de competências de autorregulação em momentos de stress (Pillai-Ridell & Chambers, 2007; Pillai-Ridell & Racine, 2009), as relações positivas com pares e com professores (Biringen, 2000), e a capacidade de autorregulação das emoções nas crianças e a segurança na vinculação (Saunders et al., 2015). Tem sido demonstrado que a disponibilidade emocional se apresenta como um preditor da vinculação das crianças ou associado à vinculação (Biringen, 2000; Biringen et al., 2014). A nível cognitivo, este construto parece associar-se à prontidão académica (Saunders et al., 2015) e ao desempenho académico (Biringen, 2000).

Estudos de Grotevant et al. (1988) demonstraram que a responsividade emocional parental aos comportamentos emocionais dos filhos adotivos é essencial para um melhor funcionamento das famílias adotivas. Também Alenhofen et al. (2013), revelaram que a considerar a DE é adequado em interações diádicas entre crianças e outros prestadores de cuidados que não os pais biológicos (e.g., pais adotivos, famílias de acolhimento, outros familiares). Neste sentido, é fundamental considerar a DE na construção afetiva de famílias adotivas.

Adicionalmente, o estudo de Piermattei et al. (2017), que explorou o fenómeno da transmissão intergeracional da vinculação em famílias adotivas, concluiu que crianças adotadas e mães adotivas que apresentavam estilos de vinculação seguros (cada um deles,

individualmente considerados) possuíam maiores níveis de disponibilidade emocional comparativamente a mães adotivas com estilos de vinculação inseguros. Até à atualidade, que seja do nosso conhecimento, este parece ter sido o único estudo que explorou a relação entre a qualidade vinculativa parental (com os seus próprios pais) e a disponibilidade emocional parental de mães adotivas com os seus filhos adotados. O presente estudo pretende preencher esta lacuna na investigação nesta área relacional.

2.3. A Disponibilidade Emocional em Famílias Adotivas

Tal como referido anteriormente no tópico *A Adoção*, a adoção implica uma série de procedimentos e características muito particulares que podem constituir desafios adicionais ao papel da parentalidade (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Levinzon, 2016). Alguns estudos têm vindo a demonstrar que a responsividade emocional parental face aos comportamentos emocionais dos seus filhos adotivos é crucial para o melhor funcionamento das famílias adotivas (Grotevant et al., 1988). O estudo de Brinich (1995) evidenciou o potencial impacto menos positivo da menor disponibilidade emocional parental, revelando que a ambivalência parental na interação com os filhos e uma menor sensibilidade parental às necessidades emocionais da criança adotada afetam de forma negativa a relação entre os pais adotivos e os filhos adotados, bem como o desenvolvimento dos mesmos.

Neste sentido, é fundamental considerar a disponibilidade emocional na construção afetiva de famílias adotivas.

Que seja do nosso conhecimento, nas últimas décadas foram publicados 6 estudos dentro da temática da disponibilidade emocional em famílias adotivas.

O estudo de Garvin et al. (2012), teve como principal objetivo analisar a possibilidade de a parentalidade adotiva moderar o impacto da adversidade advinda da institucionalização precoce. Os resultados demonstraram que a disponibilidade emocional parental em interações diádicas com a criança (até aos 18 meses) revela-se preditora de características do funcionamento social da criança identificadas em investigação prévia como problemáticas em crianças com um passado de institucionalização. Uma maior disponibilidade emocional parental associa-se a uma maior compreensão das emoções por parte das crianças aos 36 meses. Quando os pais exibem maior disponibilidade emocional, os filhos tendem a manifestar menos comportamentos de amizade indiscriminada. Os resultados relacionados com a iniciação da atenção conjunta revelam que, no grupo de crianças previamente institucionalizadas, quando os pais demonstram uma menor disponibilidade emocional, a atenção conjunta assume-se como um preditor negativo da amizade indiscriminada¹. Assim, considera-se que uma maior

disponibilidade emocional parental pode moderar os efeitos da privação institucional precoce (Garvin et al., 2012).

O estudo de Van Den Dries et al. (2012), teve como objetivos determinar o desenvolvimento socioemocional de crianças adotadas com história prévia de permanência em instituições *versus* em famílias de acolhimento, a sua adaptação na família adotiva e o impacto da sensibilidade materna neste processo. Os resultados demonstraram que crianças previamente institucionalizadas apresentaram comportamentos de vinculação menos seguros enquanto as crianças em famílias de acolhimento diferiram dos comportamentos normativos. As mães adotivas de ambos os grupos de crianças demonstraram níveis semelhantes de sensibilidade. Crianças com mães adotivas mais sensíveis apresentaram menos comportamentos de amizade indiscriminada¹. As crianças em famílias de acolhimento manifestaram maiores níveis de responsividade ao longo do tempo do que as crianças previamente institucionalizadas. Estes resultados refletem a capacidade para as crianças adotadas e com um passado de privação recuperarem num ambiente familiar emocionalmente estável, como as famílias de acolhimento (Van Den Dries et al., 2012).

O estudo realizado por Altenhofen et al. (2013), teve como objetivo determinar as relações e a contribuição de diferentes fatores (i.e., disponibilidade emocional do prestador de cuidados, número de mudanças de colocação da criança em cuidados substitutos e respetivo tempo de permanência, tipo de cuidadores e género da criança) para a vinculação segura de crianças com os seus prestadores de cuidados, maioritariamente substitutos da família biológica. Os resultados obtidos revelaram que a maioria das crianças demonstraram comportamentos de vinculação seguros com os cuidadores, e que a disponibilidade emocional diádica pais-filhos era elevada. Assim, verificou-se que é possível uma reconstrução de comportamentos de vinculação segura associados à disponibilidade emocional dos prestadores de cuidados. Neste sentido, é possível identificar alvos de intervenção específicos promotores da segurança da vinculação em crianças retiradas das suas famílias biológicas de origem (Altenhofen et al., 2013).

O estudo de Baker et al. (2015), teve como principal objetivo avaliar a eficácia do programa de intervenção “*Emotional Attachment and Emotional Availability (EA2) Intervention*”, na sua versão *online*, para apoiar as famílias adotivas, na fase pós-adotiva ou da integração da criança

¹ O termo amizade indiscriminada diz respeito aos comportamentos excessivamente amigáveis das crianças com estranhos, ao ponto de fazer com que o estranho se sinta desconfortável. Estas crianças podem ser capazes de ir para casa com completos estranhos, procurar contacto físico e proximidade, e exibir comportamentos que normalmente são apropriados apenas com pessoas próximas da criança.

adotada. Os resultados mostraram que, a nível da disponibilidade emocional parental em interação diádica pai/mãe-criança, todas as dimensões do adulto aumentaram significativamente, assim como as dimensões *Responsividade* e *Envolvimento* do filho adotivo, da fase pré-intervenção para a fase pós-intervenção. Quanto às percepções parentais acerca da sua disponibilidade emocional, verificou-se um aumento significativo relativamente à sintonia mútua e à capacidade da criança para envolver a mãe e o pai adotivos após a fase de intervenção. Foi possível constatar um aumento progressivo dos resultados médios de vinculação segura da criança adotada, percecionada pelos pais adotivos, e um aumento significativo na vinculação emocional observada pais-criança. Por fim, observou-se uma diminuição dos problemas de comportamento das crianças adotadas (Baker et al., 2015).

O estudo de Piermattei et al. (2017), teve como principal objetivo verificar a concordância da vinculação presente nas díades adotivas (mãe-criança e pai-criança), e a relação entre as representações vinculativas e as interações entre os pais adotivos e os filhos adotados. Os resultados mostraram uma relação entre as representações de vínculo das crianças adotadas e as suas mães adotivas. Verificou-se que as crianças e as mães com comportamentos de vinculação inseguros revelaram níveis menores de disponibilidade emocional do que as crianças e mães com comportamentos de vinculação seguros.

O estudo de Barone et al. (2018), teve como principal objetivo explorar a eficácia e o impacto do *VIPP-SD/Adoption intervention* na promoção da disponibilidade emocional em díades adotivas. Os resultados apresentaram que esta intervenção operou como esperado nesta tipologia familiar, e melhorou significativamente a capacidade das mães adotivas e respetivos filhos de adotar comportamentos sensíveis e emocionalmente disponíveis, nas suas interações (Barone et al., 2018).

De modo geral, os estudos prévios enfatizam a relevância de estudar e intervir no âmbito da disponibilidade emocional parental em famílias adotivas. Importa dar continuidade à investigação dentro desta temática, identificando os aspetos associados à DE nas famílias adotivas, e o impacto que esta pode ter no desenvolvimento socioemocional da criança. Esta informação poderá ter uma especial importância no modo de compreender, atuar e intervir junto das famílias adotivas, nas diversas fases do processo adotivo.

2.4. A Disponibilidade Emocional e a Vinculação

Entre 1950 e 1960, o psicanalista John Bowlby desenvolve a Teoria da Vinculação, no sentido de compreender os laços afetivos que o ser humano estabelece, centrando-se na vinculação da criança, em relação aos pais, principalmente à mãe (Bowlby, 1973).

Bowlby (1973) refere que a partir das primeiras experiências de vinculação, o ser humano desenvolve modelos internos dinâmicos, isto é, representações conscientes ou inconscientes que faz acerca de si próprio e dos outros, que influenciam o modo como interpreta o mundo, e, assim, na antecipação de acontecimentos.

O autor considera que o vínculo entre a mãe a criança tem na sua base uma conexão emocional e apresenta um propósito evolutivo, no sentido de promover a segurança da criança, através da sua proteção e satisfação das suas necessidades sociais e emocionais (Saunders et al., 2015). Em momentos de maior necessidade, quando a criança fica com medo ou angustiada, encara a sua figura de vinculação primária como a fonte de conforto, à qual recorre sempre que precisar. Neste sentido, o cuidador deve mostrar-se disponível, atento e responsivo aos sinais e dicas que a criança apresenta, de modo a atender às necessidades desta (Ainsworth et al., 2015; Saunders et al., 2015).

Mary Ainsworth e colaboradores contribuíram significativamente para esta teoria, através do experimento laboratorial “Situação Estranha”. O procedimento consistia em vários momentos de separação e de reencontro com a mãe, o bebé entre os 9 e os 18 meses, e um adulto estranho. Esta experiência permitiu identificar diferentes padrões de qualidade na relação entre a criança e o seu cuidador (figura de referência significativa). Surgiram três estilos de vinculação: o seguro (i.e., o bebé explora na presença da mãe, regula as emoções na sua ausência e alegra-se com o seu retorno); o inseguro-evitante (i.e., o bebé explora pouco o espaço e reage pouco à ausência e retorno da mãe); e o inseguro-ansioso (i.e., o bebé explora muito pouco o espaço, revela angústia na ausência da mãe, no retorno aproxima-se, mas rejeita o seu conforto) (Ainsworth et al., 2015; Saunders et al., 2015). Mais tarde, Main e Solomon (1990), descobriram um quarto estilo de vinculação, o desorganizado. Crianças identificadas com este padrão demonstram-se desorientadas, confusas, distantes, com medo ou com raiva. É um estilo comum em situações de negligência grave, abuso e em crianças com necessidades específicas a nível desenvolvimental (Cassidy & Shaver, 2008).

A figura de vinculação representa um papel fundamental, uma vez que ajuda o bebé a regular as suas próprias emoções (i.e., o medo, a ansiedade e a raiva,) bem como a proporcionar-lhe segurança (Bowlby, 1969). Ao sentir medo, ou numa situação de risco, o bebé tende a procurar a proximidade com a figura de vinculação. Contudo, o medo, e até a ansiedade, podem não surgir apenas da situação, mas também da perspetiva da indisponibilidade da figura de vinculação. Isto significa que mais importante que a figura estar presente fisicamente, é demonstrar-se emocionalmente disponível. Se a criança sentir que a figura de vinculação está

emocionalmente disponível quando ela necessita, irá compreender que, mesmo na sua ausência física, continua disponível e responsiva quando necessário (Ainsworth et al., 2015).

Desta forma, a simples presença física da figura de vinculação não é suficiente para criar um sentimento de segurança, embora, muitas vezes, pareça fazê-lo. Quando se é bebê o modelo representativo da figura de vinculação encontra-se pouco desenvolvido, desta forma a presença física torna-se mais importante para transmitir segurança. Por sua vez, quando a criança cresce e se torna mais velha, o seu modelo representativo também evolui e complexifica-se. A mera presença física da figura deixa de ser suficiente para fornecer um estado seguro ou tranquilo, é necessário que a criança, e futuramente jovem, perceba o cuidador como emocionalmente disponível, mesmo quando não está presente fisicamente (Ainsworth et al., 2015). Esta percepção da criança de que o cuidador estará lá para ela quando necessário, de que é emocionalmente disponível, incentiva a autonomia e a exploração do meio (Ainsworth et al., 2015; Sorce & Emde, 1981).

Segundo Bowlby (1973), os comportamentos de vinculação caracterizam o ser humano desde o berço até à sepultura e são particularmente essenciais na infância. Estes comportamentos estão presentes ao longo da vida, sendo mais evidentes na vida adulta, em alturas de maior adversidade (Bowlby, 1973).

Na adolescência, a vinculação às figuras parentais transforma-se, no sentido da construção da autonomia e do estabelecimento de novas relações de vinculação com os pares e/ou par amoroso, uma vez que a necessidade de vinculação se mantém para toda a vida (Anastácio & Lima, 2015). Trata-se de um processo natural, que implica um afastamento às figuras de vinculação primárias (i.e., pais), e são os modelos de vinculação com elas aprendidos durante a infância, que irão permitir o adolescente/jovem adulto contruir vínculos além do contexto familiar (Anastácio & Lima, 2015).

Existem três conformidades entre a vinculação durante a infância e durante a idade adulta. A primeira refere-se à semelhança de características emocionais, ou seja, independentemente de qual a figura de vinculação, os sentimentos associados à ativação dos comportamentos de vinculação são os mesmos na infância e na idade adulta: propriedades motivacionais para orientar a atenção e protesto quando ocorre separação. A segunda conformidade diz respeito à generalização da experiência, isto é, os elementos emocionais (e.g., falta de confiança na disponibilidade da figura de vinculação) ligados à vinculação durante a infância são expressos nas relações de vinculação na idade adulta. Por último, a ligação

temporal. Considera-se a formação de relações de vinculação com pares, na idade adulta e verifica-se uma diminuição dos progenitores como figuras primárias de vinculação (Canavarro et al., 2006; West & Sheldon-Keller, 1994).

De acordo com a literatura existente, os adultos sentem-se mais seguros e confortáveis quando os seus parceiros revelaram ser mais disponíveis e interessados (Fraley & Shaver, 2000).

As representações mentais que os indivíduos possuem dos seus pais e das experiências de vinculação prévias influenciam o seu próprio comportamento parental e a qualidade da vinculação com o(s) seu(s) filho(s). Isto revela a existência de transmissão intergeracional da vinculação. Várias investigações mostram que existe concordância entre a vinculação parental e a vinculação do filho, o que evidencia que a vinculação pode ser transmitida entre gerações (Belsky, 2005). Também o estudo de Vitulic et al. (2022), enfatiza a transmissão direta transgeracional da vinculação dos pais para o filho, principalmente na díade mãe-filho.

Resultados de diversas investigações nos últimos anos têm revelado a existência de associações entre a DE e a vinculação, assumindo-se a disponibilidade emocional, inclusive, como preditor da vinculação das crianças (Biringen, 2008; Biringen et al., 2014; Easterbrooks & Biringen, 2000; Easterbrooks et al., 2012; van den Dries et al., 2012).

Alguns estudos demonstraram que as interações estruturadas em que a mãe se apresenta sensível são preditores de uma vinculação segura. Indicando que a DE materna se vai associar a padrões vinculativos seguros (ver Aviezer & Ziv, 1999; Eyüboğlu & Eyüboğlu, 2020). Easterbrooks et al. (2000), demonstram, ainda, que uma vinculação segura prediz, por sua vez, diferentes indicadores de DE, tais como, sensibilidade materna, estruturação materna, capacidade de resposta da criança e envolvimento da criança. Estudos de Aviezer et al. (2003) e de Biringen (2000) mostram que mães com elevada sensibilidade têm uma maior probabilidade de terem crianças com um estilo de vinculação seguro. Cassiba et al. (2012) consideram que a qualidade da relação de vinculação associa-se com as interações que a criança experienciou com os seus pais. Segundo Easterbrooks e Biringen (2000), a DE está relacionada significativamente com a segurança da vinculação da criança, tanto com os pais como com os cuidadores profissionais. De acordo com a teoria da vinculação, experiências relacionais com um cuidador emocionalmente disponível e responsivo são componentes essenciais na regulação das emoções do bebé (Easterbrooks & Biringen, 2000). Alguns estudos enfatizam a DE dos cuidadores enquanto um fator antecedente fundamental para a segurança na vinculação da criança (Ainsworth, 1989; Kim & Page, 2013; Ziv et al., 2000). Por sua vez, Bretherton

(2000) refere que comportamentos parentais mais envolvidos (i.e., mais presentes, mais interessados, mais disponíveis) estão relacionados com um maior sentimento de segurança da criança. Posto isto, uma maior DE parental percebida está fortemente associada a um padrão vincutivo seguro.

A literatura tem apresentado associações entre a sensibilidade parental (i.e., uma das principais dimensões da DE) e a qualidade das relações de vinculação Mãe-bebé e Pai-bebé, demonstrando que a DE parental difere em função do padrão vincutivo cuidador-bebé. Na literatura científica evidencia-se ainda que crianças com padrões vincutivos seguros aos Pais e que têm Pais emocionalmente disponíveis apresentam mais competências emocionais, sendo mais afetuosas, atentas e empenhadas nas atividades em que se envolvem (Volling et al., 2002). Alguns estudos têm revelado, também, que as crianças cujas mães apresentavam uma maior sensibilidade em interação com os filhos demonstravam vinculações mais seguras e, inversamente, crianças cujas mães mostravam menos sensibilidade tendiam a ter vinculações inseguras (ver Aviezer et al., 1999; Aviezer et al., 2003; Biringen, Damon, et al., 2005; Biringen et al., 2005; Carter et al., 2001; Ziv et al., 2000).

No seu estudo, Aviezer et al. (1999) salientam as duas facetas do modelo de transmissão da vinculação: por um lado, o nível de segurança da vinculação das crianças vai depender da sensibilidade da mãe para responder às suas necessidades (Ainsworth, 1989). Por outro lado, a sensibilidade e a responsividade da mãe são organizadas pelo seu próprio modelo de vinculação (Main et al., 1985).

2.5. As Memórias de Infância relativas a Práticas Educativas Parentais e a Disponibilidade Emocional

Canavarro (1997), refere que o modo como as crianças são educadas constitui uma potencial influência no seu desenvolvimento, no seu estilo relacional, e principalmente, na forma como, um dia mais tarde, vão exercer a parentalidade. Cada indivíduo tende a internalizar as experiências vivenciadas com pessoas significativas para si, de modo a construir modelos de relacionamento, que, dificilmente mudarão depois de formados. Quando se tornam pais, estes indivíduos apresentam uma tendência para estabelecer um padrão de práticas, atitudes, e comportamentos com os seus filhos idêntico ao que eles próprios vivenciaram e experimentaram com os seus pais (Bowlby, 1969).

Os comportamentos dos pais durante a sua ação parental para alcançar determinados objetivos têm vindo a ser estudados para compreender a sua influência sobre o desenvolvimento das crianças. A própria percepção das crianças e as memórias que depois permanecem relativamente a estes comportamentos, também influenciam o desenvolvimento da criança (Canavarro, 1997).

Na literatura, são abordados dois principais componentes do comportamento parental, os estilos e as práticas parentais, que importa saber diferenciar. As práticas educativas parentais referem-se ao conjunto de comportamentos direcionados a objetivos específicos. São estratégias usadas para suprimir comportamentos inadequados e/ou incentivar a ocorrência de comportamentos adequados, sendo através destas que os pais exercem a sua ação. Os estilos educativos parentais remetem para o conjunto de atitudes e práticas comunicadas à criança, que estabelecem o clima emocional em que os comportamentos parentais são expressos (Darling & Steinberg, 1993).

No presente estudo, abordamos as dimensões de práticas educativas parentais. Não as que os pais/mães adotam no momento atual na interação com a(s) sua(s) criança(s), mas as que recordam relativamente aos seus pais, considerando-se, desta forma, as memórias do adulto sobre as práticas educativas dos seus pais, na infância e/ou adolescência.

As práticas educativas parentais têm vindo a ser descritas segundo duas principais dimensões: (1) o *afeto*, associado à aceitação, proximidade e responsividade, e (2) o *controlo*, que contempla um conjunto de comportamentos relativos à disciplina, supervisão e sobreproteção (Cumming et al., 2000).

A concetualização de Canavarro (1996) relativamente às práticas educativas parentais considera 3 fatores: (1) *suporte emocional*, isto é, os comportamentos dos pais que fazem com que o seu filho se sinta seguro, aceite e confortável na sua presença; (2) *rejeição*, ou seja, os comportamentos dos pais que procurar modificar a vontade dos filhos, e são sentidos por estes como uma pressão para se comportarem de acordo com o desejo dos pais; e (3) *sobreproteção*, comportamentos parentais de proteção excessiva relativamente a experiências indutoras de stress e adversidades, elevado grau de intrusão na vida dos filhos, imposição de regras rígidas, e comportamentos cujo objetivo é prevenir comportamentos de independência por parte dos filhos (Canavarro, 1996).

As práticas educativas parentais têm uma grande influência nos indivíduos e nas relações que estabelecem. Se as necessidades emocionais dos pais não foram satisfeitas na

infância, podem ser transmitidas, resultando em comportamentos de rejeição e/ou sobreproteção (Canavarro, 1997). Também o estudo de Aluja et al. (2005), revelou que indivíduos mais agressivos têm recordações de comportamentos percebidos como mais negativos por parte dos seus progenitores, como a rejeição e sobreproteção.

Existe uma ligação entre as práticas parentais, a vinculação com os seus próprios pais, e o comportamento parental posterior na relação com a criança. Os resultados da investigação de Cowan et al. (1996) evidenciaram indivíduos com uma vinculação segura são mais empenhados, calorosos e sensíveis com os seus filhos, do que indivíduos com vinculações inseguras.

Rodrigues et al. (2004), referiram que indivíduos mais seguros na vida adulta, têm recordações mais positivas dos seus pais e das relações que tiveram com estes na sua infância.

As bases motivacionais do envolvimento paterno estão enraizadas na infância do próprio progenitor, pelo que a paternidade envolve, na maioria das vezes, a repetição de padrões que foram observados na família de origem (Cabrera et al., 2000). De acordo com Weber et al. (2006) e Lomanowska et al. (2015), um dos preditores mais fortes do comportamento parental remete para o modo como os pais – principalmente as mães – experienciaram a parentalidade, enquanto crianças.

A literatura científica já evidenciou que os pais tendem a cuidar dos seus filhos com as estratégias que lhes foram aplicadas enquanto filhos, ou seja, existe uma repetição de um modelo parental aprendido e familiar (Weber et al., 2006). Assim, estamos perante um processo de continuidade transgeracional das práticas educativas parentais, o que possibilita a previsão de como um pai ou mãe se irá comportar com os seus filhos (Lomanowska et al., 2015).

Neste sentido, alguns estudos consideraram a existência de um processo de transmissão intergeracional de valores experienciados e comportamentos (ver Belsky, 2005; Van Ijzendoorn, 1992; Lundberg et al., 2000; Ricks, 1985). De facto, as memórias do indivíduo relativas a essas práticas educativas parentais, evidenciam estabilidade ao longo do tempo (Asselmann et al., 2014) e parecem influenciar os relacionamentos estabelecidos na vida adulta, de qualquer natureza (e.g., filial, conjugal, de amizade) (Perris & Andersson, 2000). Pais que percebem uma maior proximidade e aceitação por parte dos seus progenitores tendem a exibir comportamentos interativos mais responsivos com os seus filhos (Shannon et al., 2005).

Indivíduos com uma percepção positiva da relação com os seus pais e que se sentiram aceites por parte destes, são mais capazes de ter uma relação responsável com os seus filhos, comparativamente aos indivíduos com uma percepção negativa da relação com os seus pais (Cowan et al., 1996; van Ijzendoorn, 1992).

O estudo de Silveira (2020), revela que memórias de práticas educativas da mãe relacionadas com a crítica/rejeição estão associadas a uma vinculação ansiosa.

No seu estudo, Hennig (2008) constatou que memórias de infância de conflitos com os próprios pais, rejeição e pouca afetividade por parte destes, mostraram-se associados a uma baixa monitorização positiva, maior ocorrência de abuso e punições inconsistentes na educação dos filhos. O mesmo autor verificou ainda que memórias de infância de relações afetivas com os próprios pais encontravam-se associadas a práticas parentais percecionadas como mais positivas. Capaldi et al. (2003) verificaram que práticas educativas consideradas como severas ou inconsistentes poderiam levar ao desenvolvimento de comportamentos antissociais, os quais, por sua vez, contribuiriam para a possibilidade de parentalidade inadequada. Por sua vez, o estudo de Belsky et al. (2005) revelaram que mães que receberam uma educação menos autoritária e que experienciaram com os seus pais relações afetivas e baseadas na confiança e comunicação, apresentaram uma parentalidade considerada mais afetiva, sensível e estimulante. Assim, é possível considerar que as memórias de infância relativas às práticas educativas parentais dos seus próprios pais podem influenciar a relação, o modo de interação e a disponibilidade emocional com os filhos.

Neste sentido, é possível considerar que as relações primárias significativas constituem um fator de risco ou fator de proteção para as relações futuras. As relações afetivas posteriores serão influenciadas pelos comportamentos das figuras parentais e as suas práticas educativas, na infância e na adolescência (Canavarro, 1997).

Na literatura científica parecem existir lacunas a este nível que necessitam de ser colmatadas com mais investigações que explorem estas relações. Que seja do nosso conhecimento, não existe nenhuma investigação, até à atualidade, que explore a relação entre a Disponibilidade Emocional e as Práticas Educativas Parentais. O presente estudo pretende preencher esta lacuna no âmbito da investigação.

3. Objetivos e Hipóteses

O presente estudo faz parte integrante do projeto de investigação: “*Ajustamento nas Famílias Adotivas*” desenvolvido por Ana Susana Almeida, Cristina Nunes, Marina Fuertes, Sandra Mendonça, Jean-Christophe Giger e Lília Silva. Tem como principal objetivo averiguar a relação entre a vinculação das mães adotivas, as práticas educativas parentais dos seus pais e a sua disponibilidade emocional com os filhos adotivos. Considerando a pesquisa efetuada, os objetivos específicos do estudo e as respetivas hipóteses são:

- a) investigar se a vinculação das mães adotivas é um preditor significativo da disponibilidade emocional das mães adotivas com os seus filhos.

Hipótese: a vinculação das mães adotivas é um preditor significativo da sua disponibilidade emocional com os seus filhos;

- b) averiguar se a perceção relativamente às práticas educativas parentais dos progenitores das mães adotivas são um preditor significativo da disponibilidade emocional das mães adotivas com os seus filhos.

Hipótese: as práticas educativas parentais dos progenitores percecionadas pelas mães adotivas são um preditor significativo da sua disponibilidade emocional com os seus filhos.

4. Método

4.1. Participantes

Foi utilizado o método de amostragem por conveniência determinada, num primeiro momento, pela disponibilização de contactos das famílias adotivas residentes no Algarve, por parte da equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil, do Sector da Prevenção do Risco, Núcleo de Infância e Juventude, da Unidade de Desenvolvimento Social e Programas do Instituto da Segurança Social de Faro, e num segundo momento pela anuência manifestada por cada família em participar na investigação.

A amostra final de conveniência é constituída por em 48 mães portuguesas ($M_{idade} = 42.67$ anos, $DP = 5.89$) e 48 crianças ($M_{idade} = 93.02$ meses; $DP = 47.02$ entre os 20 e os 250 meses), incluindo 16 meninas ($M_{idade} = 86.25$ meses; $DP = 51.42$) e 32 meninos ($M_{idade} = 96.41$ meses; $DP = 45.13$). As famílias eram Monoparentais ($n = 3$), Monoparentais com outro filho adotivo ($n = 1$), Biparentais ($n = 28$), Biparentais com filhos biológicos ($n = 6$), Biparentais com outro filho adotivo ($n = 5$), Biparentais com filhos biológicos e outros filhos adotivos ($n = 1$), e quatro mães escolheram não indicar a sua tipologia familiar.

No que se refere à educação formal, as habilitações literárias das mães passavam pelo 4º ano de escolaridade (n = 1), 7º ano de escolaridade (n = 1), 8º ano de escolaridade (n = 1), 9º ano de escolaridade (n = 1), 11º ano de escolaridade (n = 2), 12º ano de escolaridade (n = 14), bacharelato (n = 2), licenciatura (n = 17), mestrado (n = 6), pós-graduação (n = 1), doutoramento (n = 2). A média de anos de estudos das mães adotivas era de 14.96 ($DP = 3.95$; min. = 4; max. = 22) (ver Tabela 1).

Existe alguma variabilidade relativamente às condições de empregabilidade, tal como indica a Tabela 1. Contudo, verifica-se que a grande maioria das mães tem um emprego efetivo (n = 36).

Tabela 1. Descrição do nível de educação formal e das condições de empregabilidade das mães adotivas

	<i>Características sociodemográficas</i>	<i>Mães Adotivas</i> (<i>N</i> = 48)
<i>Nível de Educação Formal</i>	1º Ciclo do Ensino Básico concluído	1 (2.1%)
	2º Ciclo do Ensino Básico concluído	2 (4.2%)
	3º Ciclo do Ensino Básico concluído	3 (6.3%)
	Ensino Secundário concluído	14 (29.2%)
	Bacharelato concluído	2 (4.2%)
	Licenciatura concluída	17 (35.4%)
	Licenciatura e pós-graduação concluídas	1 (2.1%)
	Mestrado concluído	6 (12.5%)
	Doutoramento concluído	2 (4.2%)
<i>Condições de Empregabilidade</i>	Emprego efetivo	36 (75%)
	Contrato a termo	1 (2.1%)
	Recibos verdes	5 (10.4%)
	Trabalho por conta própria	3 (6.3%)
	Doméstico(a)	1 (2.1%)
	Desemprego	2 (4.2%)

Até à data da recolha de dados, as crianças tinham sido adotadas pela família há cerca de 5 anos e meio (i.e., $M=57.37$ meses; $DP=35.25$; $min=10$, $máx=160$), com uma idade média quando adotados de 2 anos e 9 meses ($M=35.98$ meses; $DP=35.61$; $min=10$, $máx=142$).

4.2. Instrumentos

4.2.1. *Questionário de Opinião Parental do Processo Adotivo - QOPPA*

Os Questionários de Opinião Parental do Processo Adotivo (QOPPA) foram concebidos tendo como base a tradução e adaptação de Almeida (2017) da *Entrevista sobre el Proceso de Adopción* (EPA) (Palacios et al., 1995), que pretende aceder à percepção parental da experiência do processo de adoção, considerando os aspetos específicos das suas diferentes etapas, assim como os dados sociodemográficos/de identificação.

O EPA original (Palacios et al., 1995) é uma entrevista semiestruturada longa, com 212 perguntas, porque pretende englobar os principais aspetos identificados na literatura como essenciais para compreender a complexidade do processo adotivo. Inclui diversos blocos temáticos, que reúnem questões relativas às diversas etapas do processo. Os blocos contemplados são: (1) Motivos e processo de tomada de decisão; (2) Relação com os serviços de adoção; (3) Tempo de espera; (4) A chegada da criança; (5) Adaptação e desenvolvimento; (6) A criança na família; (7) A revelação; (8) Futuro e avaliação global (Palacios et al., 1995).

À entrevista original (i.e., EPA) foram acrescentadas algumas questões (e.g., relativas ao processo prévio à adoção em situações de infertilidade) e excluídas outras (e.g., sobre informações prévias à tomada de decisão acerca da adoção e ao processo jurídico), de modo a possibilitar uma visão abrangente e detalhada acerca de aspetos relevantes e excluir outros de menor interesse para a investigação.

No âmbito do projeto de investigação mais amplo, optou-se por transformar a entrevista EPA em três questionários distintos. Uma versão para famílias biparentais, o QOPPA-VB individual, preenchido por cada um dos pais adotivos em separado, e o QOPPA-VC para ser preenchido em conjunto pelo casal. Por último, uma outra versão para as famílias adotivas monoparentais.

Na presente investigação, foram consideradas as respostas do *Questionário de Opinião Parental do Processo Adotivo Individual* (QOPPA – VB), para as famílias biparentais, e o *Questionário de Opinião Parental Acerca do Processo Adotivo, Versão Monoparental* - QOPPA-VM, direcionado às famílias de tipologia monoparental.

4.2.2. Escalas de Disponibilidade Emocional – EDE

De forma a avaliar a disponibilidade emocional das interações diádicas entre as mães adotivas e os seus filhos, foram utilizadas as Escalas de Disponibilidade Emocional (EDE), provenientes das *Emotional Availability Scales (EA)* de Biringen et al. (1998).

As EDE são compostas por seis dimensões ou escalas, que medem a disponibilidade emocional interativa diádica entre um adulto e uma criança, e contemplam também o contributo da criança para a disponibilidade emocional interativa. Existe uma versão para crianças até aos 5 anos, e outra para crianças entre os 6 e os 14 anos (Biringen, 2014). Em todas as versões, quatro dimensões dizem respeito ao adulto e avaliam as suas emoções e comportamentos na interação diádica com a criança, e as restantes duas dimensões avaliam a reação da criança em relação ao adulto em situação de interação diádica (Saunders et al., 2015). A avaliação das duas perspetivas (i.e., adulto e criança) enfatiza a bidirecionalidade das interações, sendo possível deter algumas discrepâncias importantes a considerar, nos contributos interativos de cada uma das partes (Saunders et al., 2015).

As quatro dimensões do adulto são: a *Sensibilidade*, a *Estruturação*, *Não-Intrusividade* e a *Não-Hostilidade*. As dimensões da criança são a *Responsividade da Criança* e o *Envolvimento da Criança*.

Cada dimensão pode ser cotada de forma direta, através de uma escala de sete pontos de tipo *Likert*, ou pela soma das subescalas numa escala de tipo *Likert* com um máximo de 29 pontos (Saunders et al., 2015; Biringen et al., 2014; Almeida, 2017). Resultados mais elevados correspondem a uma maior disponibilidade emocional diádica do adulto em relação à criança/jovem e da criança/jovem em relação ao adulto (Biringen et al., 2014). Na presente investigação optou-se pela cotação que implica a cotação de cada subescala (i.e., cuja soma total é a de no máximo 29 pontos) devido ao fator de ser mais detalhada.

Entre as dimensões do adulto, a *Sensibilidade* refere-se aos comportamentos e emoções do adulto que são utilizados para criar e manter uma conexão positiva, calorosa e saudável com a criança (Saunders et al., 2015). Esta dimensão é também manifestada através da responsividade à criança, ou seja, à interpretação adequada e cuidadosa das iniciativas, comunicações e necessidades da criança, assim como a habilidade para resolver conflitos de forma suave e fluida (Biringen, 2008). Na cotação direta, numa escala Tipo *Likert* de 7 pontos, (1) corresponde a um adulto altamente insensível, que revela uma insensibilidade extrema às comunicações da criança e pouco conhecimento de técnicas de “cuidar da criança”. Uma

cotação de (4) revela um adulto que apresenta alguns sinais de sensibilidade, mas simultaneamente alguns problemas nestas áreas. Uma cotação de (7) indica que o adulto é altamente sensível, ou seja, muito atento à criança, bastante responsivo com resposta muito adequada (Almeida, 2017).

A *Estruturação* diz respeito à capacidade de proporcionar suporte e estrutura para o jogo e para a aprendizagem da criança, orientando-a para níveis de compreensão superiores (Saunders et al., 2015). Uma estruturação ótima, não só auxilia, ajuda e ensina a criança, como também permite que a criança alcance um grau de autonomia, de forma independente. Para que seja bem-sucedido, o adulto deve saber qual o nível de compreensão da criança, de modo a utilizar estratégias adequadas, verbais e não-verbais, para guiar a criança (Saunders et al., 2015). Além disso, é importante que o adulto seja capaz de estabelecer regras e limites para o comportamento adequado da criança, adotando uma atitude proativa na gestão de conflitos e comportamentos inadequados (Biringen, 2008). Na cotação direta, (1) corresponde a uma estruturação não ideal, indicando pouca monitorização por parte do adulto, e que está desligado em termos de orientação proativa (e.g., imposição de limites e comunicação verbal e não-verbal são mínimas ou não existentes). Uma cotação de (4) revela uma estruturação inconsistente (i.e., imposição de limites reativa, em vez de proativa ou preventiva). Uma cotação de (7) indica uma estruturação ótima (e.g., orientações e sugestões preventivas e proativas adequadas) (Biringen, 2008).

A *Não-Intrusividade* consiste na capacidade de o adulto estar disponível para a criança, sem se tornar intrusivo, seguindo a sua liderança durante o jogo, evitando interferir. Um adulto não intrusivo não interrompe a criança, física ou verbalmente, nas suas atividades, tem a capacidade de delimitar as diretrizes, permitindo à criança ter o espaço relacional necessário para apreender níveis de independência próprios da sua idade, e sabe retirar-se quando a criança procura essa independência (Saunders et al., 2015). Na cotação direta, (1) é uma pontuação indicativa de Intrusividade, sobrediretividade, sobreestimulação, interferência ou sobreproteção por parte do adulto, limitando a autonomia da criança. Uma cotação de (4) indica uma intrusividade “benigna”, por exemplo, o adulto deixa a criança geralmente liderar o jogo, mas muda os temas frequentemente em vez de elaborar os interesses da criança e deixá-la explorar e descobrir. Uma cotação de (7) revela um adulto não intrusivo, mas emocionalmente disponível e presente, capaz de reunir as características supracitadas (Biringen, 2008).

A *Não-Hostilidade* refere-se à capacidade de regular as suas próprias emoções negativas, evitando expressá-las à frente da criança, sejam dirigidas a ela ou a outros. Quando o adulto não é capaz de conter a expressão de emoções negativas, expressa hostilidade encoberta e/ou aberta. A hostilidade encoberta consiste numa forma menos evidente de emoções negativas, como a frustração, aborrecimento e impaciência. A hostilidade aberta inclui comportamentos como a alusão a temas de separação, críticas, troça ou ironia em relação à criança, gritar com a criança ou qualquer tipo de agressão física (Saunders et al., 2015). Quanto à cotação direta, (1) refere-se a um adulto altamente hostil, ou seja, abertamente, facialmente e vocalmente hostil relativamente à criança. Uma cotação de (4) é indicativa de alguns sinais subtis de hostilidade presentes em grande quantidade (e.g., facilmente irritável, impaciência, atitude de longo sofrimento, raiva ligeira). Uma cotação de (7) indica uma ausência total de negatividade na face ou na voz (e.g., não utiliza frases ou palavras negativas, tom de voz positivo, boa regulação emocional por parte do adulto) (Biringen, 2008).

Entre as dimensões da criança, a *Responsividade da Criança*, em relação ao adulto, diz respeito à capacidade de regular de forma adequada as suas próprias emoções e responder às ações do adulto, disponível, afetiva e prazerosamente. Na cotação direta, (1) refere que a criança tem problemas de afeto, desregulação emocional e/ou desorganização (e.g., a criança é irritável, deprimida, triste, ameaçadora, e até, desregulada e desorganizada em situações desafiadoras, não confia nos adultos). Uma cotação de (4) é indicativo de uma criança conectada com o adulto, cujo afeto é, no geral, positivo, mas pode existir uma qualidade de inadequação (e.g., sobreconectada ou dependente). A cotação de (7) indica uma responsividade ótima em relação ao adulto (e.g., a criança apresenta uma boa capacidade de regular as suas emoções, usa-se a si própria e/ou ao adulto para a regulação das suas emoções em momento de desafiadores, e o seu comportamento a afeto apresentam-se organizados e atestados de recursos) (Biringen, 2008).

O *Envolvimento da Criança* avalia o modo como a criança interage e presta atenção ao adulto, comunica com ele e envolve-o no jogo (Saunders et al., 2015). Na cotação direta, (1) refere que a criança não envolve o adulto. A cotação de (4) indica que a criança o envolve por vezes, mas este envolvimento está associado a comportamentos negativos (e.g., choramingar, desafiar, exigir, protestar), ou a manifestações de ansiedade. Uma cotação de (7) revela que a criança está otimamente envolvida com o adulto, que faz deste uma audiência para o seu jogo e/ou envolve-o como ator ou pessoa de apoio no decurso da atividade (Biringen, 2008).

Estas escalas devem ser utilizadas através da observação e cotação de vídeos de interações diádicas entre um adulto significativo e a criança. O acesso a este instrumento requer a participação num processo de formação, aprendizagem e apropriação, sobre o racional teórico subjacente ao construto da disponibilidade emocional, e compreensão e aplicação das escalas. Assim, é necessário o contacto próximo com a autora da escala, Zeynep Biringen, e a frequência no curso administrado pela mesma, com parte teórica e parte prática. No final, é necessário um procedimento de avaliação para acreditação, com cotação de 7 filmagens com interações fornecidos pela autora, em que é necessário atingir o acordo interobservadores para se obter o certificado. Para a utilização das escalas é, ainda, necessário a existência de dois observadores formados e acreditados pela autora da escala, para que seja possível a cotação de dois observadores independentes e respetivo acordo interobservadores (Almeida, 2017).

Dois avaliadores treinados cotaram todo o jogo livre adulto-criança de todas as interações diádicas de acordo com a quarta versão das EDE (EA® System, [Biringen, 2008]). A autora Zeynep Biringen providenciou aos avaliadores um certificado para utilizar e cotar as dimensões (i.e., EA® Distance Training and Certification). O método indireto de codificação foi utilizado para avaliar as dimensões da DE, em que cada dimensão é avaliada por 7 ou 8 características. A soma das pontuações em cada característica dá a pontuação total de cada uma das seis dimensões. Além disso, 10% das interações captadas em vídeo foram selecionadas aleatoriamente para calcular a concordância interobservadores. Os resultados revelaram uma concordância de 97.17%, com uma média geral do coeficiente de correlação de 0.80.

À exceção da *Não-Hostilidade* (Cronbach $\alpha = .61$), todas as dimensões apresentaram uma forte consistência interna. DE mãe (Cronbach $\alpha = .74$), DE criança (Cronbach $\alpha = .75$), *Sensibilidade* (Cronbach $\alpha = .84$), *Estruturação* (Cronbach $\alpha = .81$), *Não-Intrusividade* (Cronbach $\alpha = .76$), *Responsividade da Criança* (Cronbach $\alpha = .71$), *Envolvimento da Criança* (Cronbach $\alpha = .72$).

4.2.3. Escala de Vinculação do Adulto - EVA

As perceções das mães adotivas relativas às suas relações de afeto foram avaliadas através da Escala de Vinculação do Adulto (EVA; Canavarro et al., 2006), versão portuguesa e adaptada da *Adult Attachment Scale (AAS-R; Collins & Read, 1990)*.

Collins e Read (1990) construíram a escala no sentido de ultrapassar as limitações do instrumento de três itens de Hazan e Shaver (1987). Estes autores foram influenciados pelos

trabalhos de Ainsworth sobre a vinculação na infância, e procuraram traduzir para a idade adulta o mesmo sistema de classificação – de 3 categorias – utilizado pela autora. Assim, construíram um instrumento de autorresposta no qual é pedido ao participante que selecione um dos três parágrafos apresentados, descritivos de cada um dos três estilos de vinculação (i.e., evitante, seguro ou ansioso/ambivalente), com que mais se identifica.

Na construção da escala, extraíram as afirmações dos parágrafos do anterior instrumento, obtendo quinze itens (cinco para cada estilo de vinculação). Seguidamente, acrescentaram seis novos itens, de forma a incluir dois aspetos fundamentais da vinculação, não incluídos no instrumento de Hazan e Shaver: crenças sobre a disponibilidade da figura de vinculação e a sua resposta quando requerida, e as reações à separação da figura de vinculação (três itens para cada). Estudos psicométricos do instrumento resultaram na atual versão de 18 itens.

A EVA pretende avaliar as perceções dos estilos de vinculação dos adultos, permitindo caracterizar a perceção dos sujeitos acerca da forma como se sentem face às suas relações de intimidade. Trata-se de um questionário de autorresposta, composto por 18 itens, numa escala de cinco pontos tipo *Likert*: “Nada característico em mim”; “Pouco característico em mim”; “Característico em mim”; “Muito característico em mim” e “Extremamente característico em mim” (Collins & Read, 1990).

A EVA é constituída por três dimensões. A dimensão *Ansiedade* consiste na ansiedade sentida pelo indivíduo no que diz respeito a aspetos interpessoais relacionados com o receio de abandono ou de não ser desejado/amado (Canavarro et al., 2006, p. 20) (e.g., item 15: “Quero aproximar-me das pessoas mas tenho medo de ser magoado(a)”). A dimensão *Conforto com a Proximidade* refere-se ao conforto sentido pelo indivíduo perante a proximidade e a intimidade (Canavarro et al., 2006, pp. 20-21) (e.g., item 14: “Quando precisar, sinto que posso contar com as pessoas”). Por último, a dimensão *Confiança nos Outros* refere-se à confiança que o indivíduo tem nos outros, bem como a disponibilidade dos que o rodeiam quando sentida como necessária (Canavarro et al., 2006, p. 21) (e.g., item 16: “Acho difícil confiar completamente nos outros”).

A subescala *Ansiedade* apresentou uma consistência interna adequada (Cronbach $\alpha = .85$). Devido ao facto das subescalas *Conforto com a Proximidade* e *Confiança nos Outros* não apresentarem uma consistência interna satisfatória (Cronbach $\alpha = .67$ e $.62$, respetivamente), optou-se por agrupar ambas as subescalas. De facto, as subescalas *Conforto com a Proximidade* e *Confiança nos Outros* podem ser agrupadas para se obter uma medida sintetizada de

Conforto-Confiança (Canavarro et al., 2006; Collins, 2008). A dimensão conjunta Conforto-Confiança apresentou uma boa consistência (Cronbach $\alpha = .71$).

4.2.4. *Lembrança das práticas educativas parentais: EMBU – Memórias de Infância (MI)*

A escala sueca Egnä Minnen Beträffande Uppfostran (EMBU; i.e., “nossas memórias sobre educação parental”) foi concebida e desenvolvida por Perris et al., 1980), com o objetivo de avaliar a percepção acerca da frequência com que determinadas práticas educativas parentais foram experienciadas pelo indivíduo no decurso da sua infância e adolescência, considerando separadamente as associadas à mãe e as associadas ao pai (Canavarro, 1996).

Esta escala de autorrelato de tipo *Likert*, é constituída por 4 opções de resposta: “1 = Não, nunca”, “2 = Sim, ocasionalmente”, “3 = Sim, frequentemente”, e “4 = Sim, a maior parte do tempo”.

No presente estudo, foi utilizada a Escala de Memórias de Infância (EMBU), tradução e adaptação portuguesa da escala original, versão reduzida, realizada por Canavarro (1996).

A escala apresenta três dimensões específicas relativas às práticas educativas do pai e da mãe que são percecionadas pelo próprio: o *Suporte Emocional*, a *Rejeição* e a *Sobreproteção* (Canavarro, 1996).

O *Suporte Emocional* reflete o conjunto de comportamentos e atitudes parentais perante os filhos, como a aprovação, o encorajamento, a ajuda, a compensação, a expressão verbal e a física de amor e carinho, que fazem com que o filho se sinta seguro e confortável na sua presença e lhe confirmem a ideia de que são aceites pelos seus pais (Canavarro, 1996, p. 237) (e.g., “Os meus pais elogiavam-me”).

A *Rejeição* designa os comportamentos parentais que procuram modificar a vontade dos filhos e são sentidos por estes como reprovação, desvalorização, e uma pressão para se comportarem conforme a vontade dos pais (Canavarro, 1996, p. 237). Um exemplo dos itens que compõe esta dimensão é: “Os meus pais eram severos ou zangavam-se comigo sem me explicarem porquê”. Normalmente, contempla uma diversidade de práticas parentais (e.g., castigos físicos, privação e/ou de objetos ou privilégios, aplicação direta da força, com o intuito de influenciar o comportamento dos filhos, falta de consideração pela perspectiva dos filhos e pelas suas necessidades). O item 21 do pai é excluído desta estimativa (Canavarro, 1996).

A *Sobreproteção* diz respeito aos comportamentos parentais de “proteção (excessiva)” de experiências desencadeadoras de stress e adversidades, elevado nível de intrusão e esforço

em conhecer todas as atividades dos filhos, imposição de elevados padrões de realização em determinadas áreas (e.g., académica), imposição de regras inflexíveis às quais é exigida obediência rigorosa, “controlo parental, infantilização, utilização de estratégias de prevenção de comportamentos de independência por parte dos filhos” (Canavarro, 1996, p. 237). Como exemplo dos itens que compõe esta escala, podemos referir o item 5 “Quando chegava a casa tinha de contar tudo o que tinha feito”.

No presente estudo, as mães adotivas responderam aos itens da escala, considerando separadamente as questões relativas às suas mães e aos seus pais.

À exceção do Suporte Emocional (Cronbach $\alpha = .87$ e $.85$ para a mãe e para o pai), a Rejeição (Cronbach $\alpha = .60$ e $.54$ para a mãe e para o pai), e a Sobreproteção (Cronbach $\alpha = .71$ e $.53$ para a mãe e para o pai) não demonstraram uma consistência interna satisfatória. Neste sentido, optou-se por agregar as médias da mãe e pai ou de cada subescala. O total de Suporte Emocional (Cronbach $\alpha = .90$), de Rejeição (Cronbach $\alpha = .76$) e de Sobreproteção (Cronbach $\alpha = .75$) apresentaram fortes consistências internas.

4.3. Procedimentos

4.3.1. Procedimento de Recolha de Dados

Este estudo fez parte de um projeto que visa determinar as relações com Disponibilidade Emocional, e as características da criança e dos pais, entre as famílias adotivas. Os investigadores contactaram e apresentaram o estudo à equipa de Adoção, Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil do Centro Distrital de Faro da Segurança Social.

Por sua vez, esta equipa contactou diretamente com as famílias adotivas da região sul, e apresentou os objetivos e metodologia do estudo. A maioria das famílias contactadas (80%) aceitou participar no estudo, e a equipa da Segurança Social providenciou os seus contactos aos investigadores.

As mães adotivas que aceitaram participar foram contactadas telefonicamente no sentido de explicitar o objetivo e a pertinência do estudo. Após a confirmação da participação, iniciou-se a recolha de dados.

Cada uma das participantes recebeu pelo correio uma encomenda com vários documentos, conforme referido previamente no telefonema. O primeiro documento tratava-se de uma carta de apresentação da investigação, identificação dos elementos da equipa e os contactos de dois destes. Continha também um documento explicativo do preenchimento dos questionários, uma carta de consentimento informado, e os instrumentos de autorrelato a ser preenchidos pelas

mães adotivas (i.e., Questionário de Opinião Parental do Processo Adotivo – QOPPA; Escala de Vinculação do Adulto – EVA; Escala de Memórias de Infância – EMBU).

Seguidamente, foi realizada uma visita domiciliária. Foi pedido as participantes que preenchessem o consentimento informado. A recolha de dados na visita com cada participante teve uma duração entre 5 e 8 horas, um total de aproximadamente 348 horas.

Nesta visita, foram captados em vídeo os momentos de interação diádica Mãe-criança/jovem, no âmbito das EDE. As filmagens eram de cerca de 50-60 minutos, dependendo das idades das crianças. A autora, Zeynep Biringen, sugere que um momento de interação deve ter no mínimo 15/20 minutos.

Era solicitado às participantes para escolher um local da casa onde interagiam mais, de forma a gravar nesse local. Colocava-se a câmara com um tripé, de maneira que a cara e o corpo estivessem bem visíveis na captação das interações e comunicação afetiva verbal e não-verbal (e.g., gestos, expressão facial, olhar, movimento dos membros). As instruções dadas às participantes foram: “Vou pedir-lhe para interagir com o(a) seu/sua filho(a) como normalmente faz”. O objetivo seria chegar o mais próximo possível da vida real destas famílias. Assim, de seguida, os investigadores afastavam-se para deixar a díade sozinha, e usavam um cronómetro para temporalizar o momento interativo

A recolha de dados para posterior cotação com as EDE implicou diferentes momentos: disponibilidade física limitada, jogo ou atividade semiestruturada, jogo ou atividade livre, limpeza e arrumação, frustração/desafio, contexto/situação de separação e contexto/situação de reunião/reencontro.

5. Resultados

5.1. Análises preliminares / Análises exploratórias prévias

A análise de dados recolhidos através dos instrumentos e procedimentos supra explanados foi realizada com recurso ao programa estatístico IBM SPSS Statistics 26.

Os valores omissos (< 5%) foram substituídos pelo método “mean series”.

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis do presente estudo.

Os valores de assimetria e curtose encontram-se todos abaixo do limite recomendado por Curran et al. (1996; ou seja, 2 e 7 respetivamente), com exceção da subescala EMBU Rejeição total. Desta forma, foi aplicada uma transformação *log-linear* (Tabachnik & Fidell, 2006) e a nova variável Rejeição Total ln apresenta indicadores aceitáveis ($M = .29$; $DP = .19$; assimetria = .98 e curtose = 2.22).

Foram utilizadas duas MANOVA para analisar a associação entre o género das crianças e as diferentes dimensões da disponibilidade emocional diádica (1) Sensibilidade, Estrutura, Não-Intrusividade, Não-Hostilidade, Responsividade ao Adulto e Envolvimento do Adulto (Rastreio de Pillai = .05; $F(6,41) = .38$, $p = .88$), e a (2) Disponibilidade Emocional do adulto e Disponibilidade Emocional da criança (Rastreio de Pillai = .02, $F(2,45) = .38$, $p = .68$).

Tabela 2. Resultados descritivos das medidas dos estilos de vinculação, da percepção das práticas educativas experienciadas na infância dos pais e das dimensões da Disponibilidade Emocional.

	VT	Mín Máx	M	DP	A	C
EVA total	1-5	3.50 5.06	4.36	0.40	-0.23	-0.75
Ansiedade (EVA)	1-5	1.00 3.33	2.07	0.57	0.35	0.01
Conforto-Confiança (EVA)	1-5	3.92 5.33	4.58	0.39	0.09	-1.11
Suporte Emocional total (EMBU)	1-4	1.43 3.71	2.72	0.60	-0.16	-0.81
Sobreproteção total (EMBU)	1-4	1.61 3.33	2.37	0.37	0.43	0.51
Rejeição total (EMBU)	1-4	1.00 2.69	1.33	0.30	2.11	7.99
Rejeição total ln (EMBU)	1-4	0.00 1.00	0.29	0.19	0.98	2.22
Sensibilidade (EDE) ⁽¹⁾	7-29	12.0 28.0	21.25	4.35	-0.41	-0.52
Estruturação (EDE) ⁽¹⁾	7-29	11.0 28.0	20.56	4.89	-0.48	-0.73
Não Intrusividade (EDE) ⁽¹⁾	7-29	12.0 27.0	22.75	3.36	-1.19	1.53
Não Hostilidade (EDE) ⁽¹⁾	7-29	18.0 29.0	26.15	2.77	-1.11	0.50
Responsividade (EDE) ⁽¹⁾	7-29	13.0 28.0	22.09	3.53	-0.31	-0.33
Iniciativa (EDE) ⁽¹⁾	7-29	13.0 27.0	20.50	3.44	-0.03	-0.72
Disponibilidade emocional do adulto (EDE) (1)	28- 116	15.50 27.50	22.68	2.96	-0.46	-0.32
Disponibilidade emocional da criança (EDE) (1)	14- 58	14.00 26.50	21.30	3.26	-0.11	-0.86

Notas. N = 48; (1) = Pontuações totais; VT = Valores teóricos; A = assimetria; C = curtose; EVA = escala de vinculação de adulto; EMBU = memórias de infância; EDE = escalas de disponibilidade emocional.

5.2. Associações entre a Disponibilidade Emocional, os estilos de vinculação maternos percebidos e as práticas educativas da infância das mães adotivas

5.2.1. Resultados das análises de correlação

As análises realizadas com o objetivo de determinar as associações entre as dimensões da disponibilidade emocional diádica mãe-criança, os estilos de vinculação maternos percebidos e as práticas educativas parentais da infância das mães adotivas revelaram que duas dimensões da disponibilidade emocional se associam aos estilos de vinculação e às práticas educativas parentais da infância. Mais especificamente, a dimensão Sensibilidade, da disponibilidade emocional, encontra-se negativamente associada à dimensão Ansiedade ($r = -.28$, $p = .048$), indicando que as mães adotivas revelam uma maior sensibilidade na interação com os seus filhos adotivos tendem a sentir menos receio do abandono ou de não ser desejadas/amadas. Esta tendência embora evidente deixa de ser estatisticamente significativa nos resultados das correlações parciais controlando o efeito da idade das crianças, devido à sua amplitude (ver Tabela 3).

A dimensão Estruturação, da disponibilidade emocional, encontrava-se positivamente associada com a dimensão Conforto-Confiança (EVA) ($r = .37$, $p = .009$). Estes resultados evidenciam que as mães adotivas que proporcionavam mais e melhor suporte e estrutura, verbal e não verbal, para as atividades e a aprendizagem dos seus filhos, auxiliando-os, orientando-os para níveis superiores de funcionamento e de autonomia, tendem a exibir mais conforto na proximidade e na intimidade na relação com os outros, bem como mais confiança na disponibilidade dos outros em situações em que sente essa necessidade. Adicionalmente, a Estruturação, da disponibilidade emocional das mães, encontra-se positivamente associada ao Suporte Emocional (EMBU) ($r = .30$, $p = .037$). Desta forma, as mães adotivas que melhor estruturam as atividades dos seus filhos, utilizando as estratégias mais adequadas e estabelecendo regras e limites na gestão dos comportamentos percebem que os seus pais (i.e., avós adotivos da criança) lhe proporcionaram um melhor suporte emocional no âmbito das práticas educativas parentais na sua infância. Foram também evidenciadas associações positivas e estatisticamente significativas entre a Estruturação e os resultados totais da percepção materna dos seus estilos de vinculação, indicando que as mães que revelam características interpessoais de menor ansiedade, e de maior conforto e confiança nas relações com os outros tendem a revelar igualmente uma melhor quantidade, qualidade e adequação de comportamentos interativos de estruturação em relação às atividades e à aprendizagem dos seus filhos.

Este padrão de resultados dignos de destaque entre a Estruturação, da disponibilidade emocional materna, e o Conforto-Confiança (EVA) na relação com os outros, e o Suporte Emocional (EMBU) percebido nas práticas educativas parentais dos seus pais em relação a si própria na infância é também evidente nos resultados das correlações parciais controlando o efeito da idade das crianças (ver Tabela 3).

Não foram encontrados outros resultados dignos de destaque relativamente às associações entre as diferentes dimensões da disponibilidade emocional diádica e os estilos de vinculação percebidos pelas mães, bem como a percepção das práticas educativas parentais das suas infâncias.

Tal como é possível verificar na Tabela 3, evidenciam-se diversas associações significativas entre as diferentes dimensões ou subescalas de cada um dos instrumentos utilizados (i.e., intra escalas).

Por fim destacam-se as associações significativas entre a dimensão Suporte Emocional (EMBU) e todas as subescalas da EVA, indicando que as mães adotivas que relatam perceber um maior suporte emocional parental nas práticas educativas relativamente à sua infância, tendem também a sentir que se relacionam com os outros de forma mais positiva (i.e., total EVA; $r = .46, p = .001$), com mais Conforto e Confiança, ou seja, conforto na proximidade e na intimidade e confiança na disponibilidade dos outros em relação a si própria (EVA; $r = .43, p = .003$), bem como com uma menor Ansiedade relativamente ao receio de abandono ou o sentimento de não ser desejado ou amado (EVA; $r = -.36, p = .012$) (ver Tabela 3).

Tabela 3. Correlações bivariadas e parciais (controlando a idade da criança) entre as dimensões da disponibilidade emocional da mãe e da criança e as características da mãe.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1 Sensibilidade	-	.62**	.56**	.72**	.70**	.44**	.95**	.61**	.26 (.24)	-.28* (-.26)	.19 (.17)	.15 (.14)	.18 (.15)	-.16 (-.19)	.13 (.10)
2 Estruturação		-	.08	.19	.61**	.34*	.70**	.51**	.34* (.32*)	-.21 (-.19)	.37** (.35**)	.15 (.14)	.30* (.32*)	-.15 (-.18)	.00 (-.02)
3 Intrusividade			-	.54**	.37**	.34*	.65**	.38**	-.16 (-.16)	.05 (.05)	-.20 (-.20)	.01 (.01)	-.08 (-.09)	-.01 (-.01)	.16 (.17)
4 Hostilidade				-	.36*	.18	.73**	.29*	.22 (.21)	-.18 (-.16)	.22 (.20)	.10 (.09)	.16 (.18)	-.14 (-.16)	.05 (.03)
5 Responsividade					-	.75**	.70**	.93**	.25 (.25)	-.26 (-.26)	.20 (.20)	.10 (.10)	.16 (.16)	-.12 (-.12)	.07 (.07)
6 Iniciativa						-	.44**	.93**	.07 (.07)	-.07 (-.07)	.05 (.05)	.07 (.07)	.01 (.09)	-.03 (-.03)	.12 (.12)
7 DE Mãe							-	.61**	.24 (.22)	-.22 (-.20)	.21 (.20)	.15 (.13)	.20 (.12)	-.16 (-.19)	.10 (.08)
8 DE Criança								-	.17 (.18)	.18 (.18)	.14 (.14)	.09 (.09)	.09 (.10)	-.08 (-.08)	.10 (.10)
9 EVA Total									-	-.83**	.92**	.23	.46**	-.166	-.07
10 Ansiedade (EVA)										-	-.55**	-.23	-.36*	.11	-.01
11 Conforto Confiança (EVA)											-	.19	.43**	-.16	-.10
12 EMBU Total												-	.54**	.34*	.68**
13 Suporte emocional total (EMBU)													-	-.41**	-.14
14 Rejeição total Ln (EMBU)														-	.47**
15 Sobreproteção total (EMBU)															-

Notas. N = 48; * $p < .05$; ** $p < .01$; () = correlações parciais com a idade da criança adotada como controlo, todos os n = 45; DE = disponibilidade emocional; EVA = Escala de vinculação do adulto; EMBU = escala de memórias sobre a educação parental; ln = logaritmo

5.2.2. Análises de regressão e de mediação

5.2.2.1. Estilos de vinculação maternos como preditores da disponibilidade emocional diádica

Com o objetivo de determinar se a vinculação das mães adotivas (i.e., *Ansiedade e Conforto-Confiança*) se assume como um preditor significativo da disponibilidade emocional das mães adotivas com os seus filhos foi realizado um conjunto de regressões múltiplas. Desta forma, pretendia-se determinar se as duas dimensões da EVA (i.e., *Ansiedade e Conforto-Confiança*) eram, em conjunto, preditores de cada uma das dimensões da disponibilidade emocional, controlando a idade da criança. Os resultados relativos ao teste ANOVA revelaram que nenhum dos modelos era significativo (todos os $p > .05$), indicando que os modelos de regressão compostos pelas duas dimensões da EVA em conjunto não eram associados a uma parte da variância explicada substancial.

Tendo como base a análise das correlações efetuadas previamente optou-se por explorar o papel preditor individual do Conforto-Confiança em cada uma das dimensões da disponibilidade emocional, controlando a idade da criança, e especificamente na dimensão Estruturação. Os resultados evidenciaram como único modelo significativo a predição da Estruturação pelo Conforto-Confiança (ver Tabela 4), $R = .39$, $R^2 = .15$, $R^2_{ajustado} = .12$; $F(2,45) = 4.21$, $p = .021$. O Conforto-Confiança como característica vinculativa é um preditor positivo da Estruturação no âmbito da disponibilidade emocional diádica. Estes resultados indicam que as mães adotivas que reportam mais conforto perante a proximidade e intimidade na relação com os outros, bem como um maior sentido de confiança nos outros e na disponibilidade em relação a si próprias quando necessário, revelam uma melhor qualidade interativa em termos da Estruturação para a aprendizagem e as atividades dos seus filhos adotivos.

Um conjunto de regressões adicionais revelou que a Ansiedade considerada individualmente, não se assume como preditor significativo de nenhuma das dimensões da disponibilidade emocional (todos os $p > .05$)

Tabela 4. Análise de regressão do Conforto-Confiança na Estruturação diádica.

	<i>B</i>	Erro	Beta	<i>t</i>	<i>p</i>	VIF
(Constante)	1.596	8.262		.193	.848	
Conforto-Confiança	4.444	1.738	.353	2.557	.014	1.02
Idade da criança em meses	-.015	.014	-.142	-1.026	.311	1.02

5.2.2.2. A percepção das práticas educativas parentais da infância das mães adotivas como preditora da disponibilidade emocional diádica

Com o objetivo de determinar se a percepção das práticas educativas parentais da infância das mães adotivas (i.e., *Suporte total*, *Rejeição total* e *Sobreproteção total*) se assume como preditora significativa das diferentes dimensões da disponibilidade emocional diádica nas famílias adotivas foi efetuado um conjunto de regressões múltiplas. Os resultados obtidos com recurso ao teste Anova revelaram que nenhum dos modelos era significativo (todos os $p > .05$), indicando que os modelos de regressão compostos pelas três dimensões totais do EMBU (i.e., *Suporte total*, *Rejeição total* e *Sobreproteção total*) não eram associados a uma parte da variância explicada substancial.

Considerando os resultados das análises das correlações previamente realizadas foi tomada a decisão de explorar o papel preditor individual do *Suporte total* em cada uma das dimensões da disponibilidade emocional (controlando a idade da criança), e especificamente na dimensão *Estruturação*. Os resultados evidenciaram que o único modelo significativo consistia na predição da *Estruturação* pelo *Suporte total* (ver Tabela 5), $R = .37$, $R^2 = .13$, $R^2_{ajustado} = .10$; $F(2,45) = 3.60$, $p = .035$. A percepção materna do suporte emocional proporcionado pelos seus pais na infância é um preditor positivo da estruturação. Mais especificamente, os resultados indicam que as mães adotivas que reportam que os pais delas lhes proporcionavam mais *Suporte Emocional* na sua infância (i.e., atitudes e comportamentos parentais de aprovação, ajuda, encorajamento, expressão verbal e física de amor e carinho) mais comportamentos de *Estruturação* exibiam com os seus filhos adotivos (i.e., fornecer suporte e estrutura para o jogo e a aprendizagem do filho adotivo, orientando adequadamente para níveis de sofisticação superior, ajudando, orientando, auxiliando, ensinando, promovendo a autonomia, estabelecendo regras e gerindo proativamente conflitos).

Adicionalmente, uma serie análise de regressão adicionais evidenciaram que a *Sobreproteção* e a *Rejeição*, consideradas individualmente, não eram preditores significativos de nenhuma das dimensões da *Disponibilidade Emocional* (todos os $p > .05$).

Tabela 5. Análise de regressão do Suporte Emocional na Estruturação diádica

	B	Erro	Beta	t	p	VIF
(Constante)	15.515	3.324		4.668	<.001	
Suporte emocional	2.629	1.136	0.322	2.315	.025	1.00
Idade da criança em meses	-0.023	0.014	-0.218	-1.569	.124	1.01

A hipótese previamente delineada de que as percepções maternas relativas às práticas educativas parentais na sua infância são um preditor significativo da sua disponibilidade emocional com os seus filhos adotivos foi parcialmente confirmada uma vez que a dimensão *Suporte Emocional* é preditora da dimensão *Estruturação* da disponibilidade emocional diádica.

5.2.2.3. *Análise de mediação da percepção materna do suporte emocional na infância na estruturação exibida com o filho adotivo através do Conforto-Confiança materna*

Alicerçando-se nos resultados prévios obtidos nas análises correlacionais, considerou-se pertinente analisar se o Suporte Emocional (EMBU) poderia ter um efeito indireto na Estruturação através da dimensão Conforto-Confiança (EVA). De facto, as práticas educativas parentais dos progenitores podem influenciar o estilo de vinculação dos seus filhos (Rodrigues et al., 2004), a sua forma de se relacionar consigo próprio e com os outros. Por sua vez, as características de vinculação dos pais podem associar-se a características da disponibilidade emocional em interação diádica com os seus filhos (ver Biringen, Damon et al., 2005).

Neste sentido, foi realizada uma análise de mediação simples, utilizando o *Process* (Hayes, 2018; modelo 4) com o método *bootstrap* com 5000 amostras e com um intervalo de confiança de 95%, para testar a relação entre o Suporte Emocional (EMBU), o Conforto-Confiança (EVA) e a Estruturação.

A idade das crianças adotadas foi incluída neste modelo como uma variável de controlo, devido à sua amplitude.

Os resultados revelaram que o Suporte Emocional (EMBU) tem um efeito total ($b = 2.62$, $p = .025$), mas não um efeito direto ($b = 1.69$, $p = .17$) significativo na Estruturação (ver Tabela 6 e Figura 1). Contudo, foi possível constatar a existência de um efeito indireto significativo na Estruturação através do Conforto-Confiança (EVA) (effect = .93; bootSE = .56; 95% boot CI = [.007; 2.34]). Desta forma, os resultados apurados indicam que:

(1) o Suporte Emocional (EMBU) é um preditor significativo do Conforto-Confiança (EVA), e ainda que,

(2) o Suporte Emocional (EMBU) e o Conforto-Confiança não são preditores diretos significativos da Estruturação;

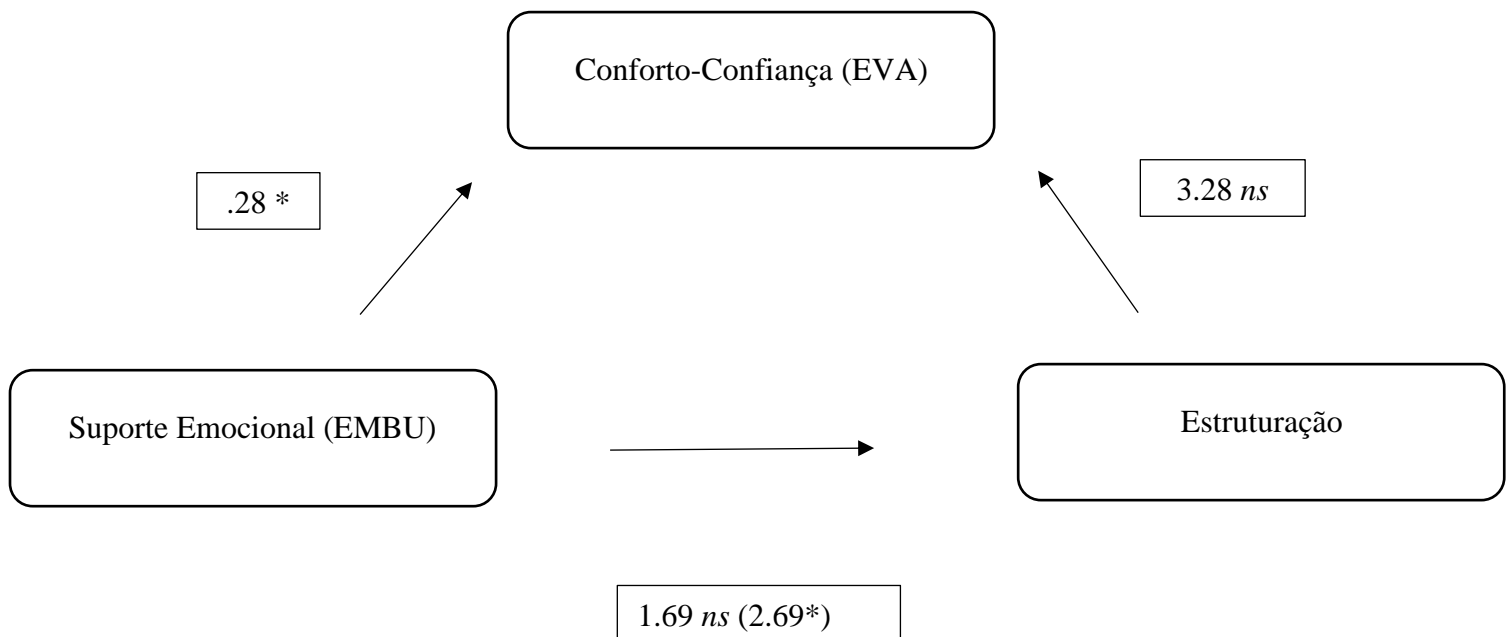
(3) o Suporte Emocional (EMBU) tem um efeito indireto positivo e significativo na Estruturação através do Conforto-Confiança.

Tabela 6. Análise de mediação da percepção materna do Suporte Emocional na infância na Estruturação exibida com o filho adotivo através do Conforto-Confiança materna.

Antecedente	M ₁ (Conforto-Confiança - EVA)			Y(Estruturação)				
		Coeff.	SE	<i>p</i>		SE	<i>p</i>	
Suporte Emocional - EMBU (X)	<i>a</i> ₁	.28	.08	.0019	<i>a</i> ₂	1.69	1.24	.17
Conforto-Confiança - EVA(M1)		-	-	-		3.28	1.91	.09
Constant	<i>i</i> _{m1}	3.93	.25	.0000	<i>i</i> _{m2}	2.59	8.21	.75
Idade da Criança adotada		-.01	.01	.19		-.01	.01	.21
		N = 48; R ² = .20 F(2,45) = 5.96, <i>p</i> < .005				N = 48; R ² = .19 F(3,44) = 3.48, <i>p</i> = .023		

Notas. Efeito indireto significativo no Suporte Emocional – EMBU na Estruturação através do Conforto- Confiança (EVA) (effect = .93; bootSE = .57; 95% boot CI = [.007; 2.25]).

Figura 1. Modelo de mediação entre o Suporte Emocional parental percebido relativo à infância, o Conforto-Confiança nas relações com os outros e a Estruturação na interação diádica mãe-filho(a).



Os resultados indicam que a percepção das mães adotivas relativamente ao Suporte Emocional dos seus pais na infância é preditora do seu nível de Conforto com a proximidade e a intimidade na relação com os outros na sua vida, bem como da confiança na disponibilidade em relação aos que a rodeiam em relação a si própria. Adicionalmente esta relação entre o Suporte Emocional percebido e o Conforto-Confiança prediz a quantidade, qualidade e adequação da Estruturação das aprendizagens e das atividades na interação diádica com os seus filhos adotivos.

6. Discussão

A presente investigação teve como principal objetivo analisar a relação entre a vinculação das mães adotivas, a percepção das práticas educativas parentais dos progenitores das mães adotivas e a sua disponibilidade emocional com os filhos adotivos.

Neste sentido, foram definidos objetivos específicos, que serão neste capítulo discutidos separadamente face aos resultados apresentados, nomeadamente: (1) investigar se a vinculação das mães adotivas é um preditor significativo da disponibilidade emocional das mães adotivas; (2) analisar se as práticas educativas parentais dos progenitores das mães adotivas são um preditor significativo da sua disponibilidade emocional com os seus filhos.

Importa ainda reavivar o facto de existirem algumas lacunas na investigação, para as quais este estudo pretende contribuir. Isto é, até à atualidade, que seja do nosso conhecimento, apenas existe um estudo que explora a relação entre a qualidade vinculativa parental (com as pessoas significativas na sua vida) e a disponibilidade emocional de mães adotivas com os seus filhos adotados; assim como, que seja do nosso conhecimento, não existe nenhuma investigação, até à atualidade, que explore a relação entre a Disponibilidade Emocional e as Práticas Educativas Parentais.

Além disso, o foco da investigação com as famílias adotivas tem sido o desenvolvimento das crianças adotadas, e qual o impacto de todo o processo adotivo e da experiência da adoção na criança (i.e., capacidade das crianças adotadas para ultrapassar as adversidades vivenciadas, fatores e processos subjacentes à adaptação destas crianças) (Palacios & Brodzinsky, 2010), e só recentemente se focou nos processos familiares. Neste sentido, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de estudos relacionados com esta temática.

1. Relação entre a disponibilidade emocional das mães adotivas com os seus filhos e a sua vinculação

É inquestionável a relação existente entre os dois construtos, uma vez que a disponibilidade emocional tem, na sua base, a teoria da Vinculação (Bowlby, 1969), entre outras teorias. Tal como já referido neste estudo, esta teoria formula alguns dos principais conceitos da disponibilidade emocional, como a sensibilidade e a responsividade (Biringen et al., 2014). No seu modelo, Bowlby (1969) reforça que a sensibilidade materna aos seus filhos é determinada pelo tipo de vinculação que lhe terá sido transmitido da geração anterior. No estudo de Biringen et al. (2000), a vinculação do adulto revelou-se preditora da maioria das dimensões da disponibilidade emocional.

Os resultados encontrados neste estudo apontam para a existência de uma associação positiva negativa entre a Sensibilidade (i.e., uma das dimensões das EDE) e a Ansiedade, como característica do estilo vincutivo materno. Estes resultados indicam que as mães adotivas que em termos vincutivos sentem menos ansiedade, receio do abandono ou de não ser desejadas/amadas, revelam uma maior sensibilidade na interação com os seus filhos adotivos. Estes resultados corroboram os do estudo prévio de Main et al. (1985) que referiu que a sensibilidade e a responsividade exibidas pelas mães dependem do seu próprio estilo de vinculação. No seu estudo, Volling et al. (2002), encontraram também uma associação entre a sensibilidade parental e a vinculação, embora este último estudo diga respeito à qualidade das relações de vinculação mãe-bebé. No mesmo sentido, os resultados da investigação de Easterbrooks et al. (2000) salientaram o valor preditivo da vinculação segura relativamente à sensibilidade materna, uma das dimensões da disponibilidade emocional diádica.

Estes resultados corroboram os de Cowan et al. (1996) que evidenciaram uma relação entre estes construtos, demonstrando que indivíduos com uma vinculação mais segura são mais sensíveis, calorosos e empenhados com os seus filhos, comparativamente a indivíduos com estilos de vinculação inseguros. Ainsworth et al. (2015) referem o impacto da indisponibilidade da figura de vinculação, que pode causar medo e ansiedade, salientando a importância de estar emocionalmente disponível. Apresentar e assegurar disponibilidade emocional é mais importante do que estar presente fisicamente (Ainsworth et al., 2015).

No presente estudo, existe ainda uma associação digna de destaque, entre as características vincutivas Conforto-Confiança (EVA) e a dimensão Estruturação da disponibilidade emocional diádica. Estes resultados significam que as mães adotivas que exibem mais conforto na proximidade e intimidade na relação com os outros, bem como mais confiança em relação à perspectiva de disponibilidade dos outros em situações em que sente essa necessidade

proporcionavam mais e melhor suporte e estrutura, verbal e não verbal, para as atividades, o jogo e a aprendizagem dos seus filhos, auxiliando-os, orientando-os para níveis superiores de funcionamento e de autonomia, estabelecendo regras e gerindo comportamentos de forma proativa. A associação positiva encontrada entre a dimensão Estruturação e os valores totais relativos aos estilos de vinculação reforça a relação existente entre características vinculativas específicas, associadas a uma maior segurança, e os comportamentos interativos adequados ao nível da estruturação que exibem com os seus filhos. A forma como as mães adotivas pensam e sentem as relações com os outros está associada à forma adequada como se partilham na relação com os filhos. Estas associações são reforçadas pelos resultados que destacam o valor preditivo do conforto-confiança em relação à estruturação da aprendizagem e do jogo da criança por parte das mães adotivas. A literatura científica prévia já tem destacado resultados semelhantes, por exemplo o facto de os pais serem recetivos e calorosos com os seus filhos associa-se a vinculações seguras e fortes relações com os outros (ver Ladd & Pettit, 2002).

2. Relação entre as memórias de infâncias das mães adotivas relativamente às práticas educativas parentais dos seus pais e a disponibilidade emocional que apresentam com os seus filhos

Tal como esperado, os resultados salientaram a existência de uma associação entre as memórias de infância das mães quanto às práticas educativas dos seus pais e a disponibilidade emocional que estas apresentam com os seus filhos. Verificou-se uma associação positiva e significativa entre a Estruturação (EDE) e o Suporte emocional (EMBU), indicando que as práticas educativas que foram utilizadas durante a sua infância e adolescência por parte dos seus pais em relação a si, influenciam a estrutura que exibem na interação com os seus filhos.

Estas evidências corroboram resultados de estudo prévios (ver Cowan et al., (1996); van Ijzendoorn, 1992) que enfatizam o facto de que indivíduos com uma perceção positiva da relação com os seus pais e que se sentiram aceites por estes, apresentam uma maior capacidade de ter uma melhor relação com os seus filhos, quando comparados com indivíduos com uma perceção negativa da relação com os seus pais. Hennig (2008) constatou que memórias de infância de rejeição e pouca afetividade por parte dos pais encontram-se associados a punições inconsistentes com os seus filhos. Também o estudo de Belsky (2005) parece concordar com estes resultados, revelando que mães que experienciaram relações com os seus pais baseadas no afeto, confiança e comunicação, apresentaram uma parentalidade mais afetiva, sensível e estimulante.

Ainda dentro destas variáveis, foi encontrado um resultado interessante. Verificou-se que o Suporte Emocional relativo às práticas educativas parentais experienciadas pelas mães adotivas na infância e adolescência influencia indiretamente a Estruturação através do Conforto-Confiança. Mais especificamente, estes resultados revelam que o suporte emocional percebido pelas mães adotivas irá afetar, através do conforto e confiança sentidos na relação com os outros, a estrutura exibida pelas mães nas interações com os seus filhos adotivos. A literatura existente salienta o facto de que as memórias do indivíduo relativas às práticas educativas parentais dos seus pais, influenciam as relações que estes irão estabelecer na vida adulta (Perris & Anderson, 2000). Ou seja, influenciam o modo como o indivíduo percebe os relacionamentos, e o modo como irá estabelecê-los (i.e., vinculação), estipulando assim o nível de entrega, confiança, conforto, comunicação, entre outros. Além disso, existe uma forte ligação temporal entre a vinculação durante a infância e durante a idade adulta, o que significa que a vinculação criada com os pais, na infância, ditará as vinculações formadas na idade adulta, com pares, pares amorosos, e mais tarde, com os filhos (Canavarro et al., 2006; West & Sheldon-Keller, 1994).

Neste sentido, é possível considerar a existência de um fenómeno de transgeracionalidade de valores, práticas e comportamentos experienciados (Belsky, 2005; Lundberg et al., 2000; Ricks, 1985; van Ijzendoorn, 1992), ou seja, quando se tornam pais, verifica-se uma tendência para estabelecer um padrão de comportamento com os seus filhos idêntico ao qual experienciaram com os seus pais, durante a infância e adolescência (Bowlby, 1969). Este processo permite prever como um indivíduo se comportará com os filhos (Lomanowska et al., 2015), uma vez que se observa uma repetição do modelo parental aprendido (Weber et al., 2006).

No mesmo sentido, importa ainda referir que a literatura indica que indivíduos que percebem uma maior proximidade e aceitação por parte dos seus pais, tendem a ser mais interativos e responsivos com os seus filhos (Shannon et al., 2005).

Ainda que, apesar de não termos conhecimento, até à atualidade, da existência de investigações que explorem a relação entre a Disponibilidade Emocional e as Práticas Educativas Parentais, as evidências presentes da literatura, referidas anteriormente, parecem indicar a existência de associações dignas de destaque entre alguns ingredientes contidos no construto da disponibilidade emocional e algumas das características relativas às práticas educativas parentais.

Para além dos objetivos definidos que regeram o desenvolvimento deste estudo, foram ainda encontrados alguns resultados que pelo seu interesse a nível teórico e prático, importa explicar.

Evidenciaram-se associações dignas de destaque entre o Suporte Emocional percebido pelas mães adotivas relativamente às práticas educativas parentais experienciadas na infância e na adolescência e a Ansiedade e o Conforto-Confiança, enquanto ingredientes do estilo vincutivo na relação com os outros. Estes resultados vão ao encontro do estudo de Rodrigues et al. (2004), que verificaram que indivíduos mais seguros na vida adulta, revelam memórias mais positivas dos seus pais e das relações que tiveram com estes na infância. De facto, indivíduos com uma vinculação mais segura revelam ser mais empenhados, calorosos e sensíveis com os seus filhos (Suporte Emocional), que indivíduos com vinculações inseguras (Cowan et al., 1996). Estas evidências confirmam também o resultado obtido referente à associação entre o Suporte Emocional e o Conforto-Confiança, implicando que a perceção de apoio emocional sentido pelas mães adotivas, leva a um maior conforto e confiança nas relações com os outros, ou seja, vinculações mais seguras.

Este resultado corrobora também a literatura referenciada que considera a existência de uma associação negativa significativa entre o Suporte Emocional (EMBU) e a Ansiedade (EVA). Isto é, quanto maior for a perceção do suporte emocional recebido por parte dos progenitores, menor será a ansiedade sentida nas vinculações, ou seja, mais seguras serão. Por outro lado, quanto menor for o suporte emocional experienciado, maior será a ansiedade no estabelecimento de vinculações. Os resultados obtidos são concordantes com o estudo de Silveira (2020), que demonstrou que a vinculação ansiosa se encontra associada a memórias de práticas educativas da mãe relacionadas com a crítica/rejeição.

Segundo Bowlby (1973,1980), os padrões de relacionamento com as figuras de vinculação em que se destacam a superproteção ou a rejeição estão relacionados com o desenvolvimento da ansiedade (Marrero-Quevedo et al. 2018).

7. Considerações Finais

Os resultados obtidos e as reflexões efetuadas neste estudo, parecem revelar que, efetivamente, existe uma influência da vinculação das mães adotivas, e das práticas educativas que os seus pais utilizaram, sobre a disponibilidade emocional que estas apresentam com os seus filhos, podendo até afirmar-se de que são ambas preditores da disponibilidade emocional

das mães adotivas, especificamente ao nível das dimensões sensibilidade e estruturação com principal destaque para esta última.

A realização deste estudo, bem como da sua redação, possibilitou o reconhecimento de algumas mais-valias e limitações, cujas implicações devem ser consideradas aquando da leitura e interpretação dos resultados obtidos.

Como limitação deste estudo pode aludir-se a reduzida dimensão da amostra, constituída por 48 mães adotivas, e a delimitação geográfica, com participantes apenas residentes na região algarvia. Isto poderá dificultar a caracterização da realidade nacional e/ou internacional das famílias adotivas, e a generalização dos resultados obtidos. No entanto, foram extensos os dados a recolher, assim como um processo moroso, e a disponibilidade dos investigadores e das famílias, tornou a inclusão de participantes de outras regiões logisticamente inviável. Salienta-se, no entanto, que todos os procedimentos éticos e de respeito pelas preferências, necessidades e disponibilidades da família foram rigorosamente respeitados.

Não obstante, pode considerar-se também como limitação, a utilização de instrumentos de autorrelato (i.e., EVA e EMBU), que apesar de cumprirem com a função de recolher informação sobre o seu tipo de vinculação e sobre as práticas educativas parentais dos seus pais, respetivamente, esta pode não refletir a realidade, no sentido em que as mães podem ter desejado transparecer uma imagem culturalmente aceitável consoante as normas sociais, respondendo de acordo com as mesmas.

Por fim, a opção metodológica, logisticamente possível, pelo desenho de tipo transversal limitou a análise das diferenças temporais de alguns aspetos estudados.

Tal como referido anteriormente, foram também identificados alguns aspetos mais positivos. As observações diretas dos comportamentos interativos entre as mães e os filhos adotivos no sentido de recolher dados para avaliar a disponibilidade emocional diádica, em contextos naturais contribuem para a validade ecológica do presente estudo.

A consideração de transgeracionalidade nos aspetos relacionais, interativos e educativos, no âmbito dos objetivos deste estudo, contemplando uma ampla variedade temporal relativamente a estes ingredientes numa linhagem parental-filial perante a adoção parece constituir outra das vantagens do presente estudo. Salienta-se, desta forma, os aspetos de continuidade, positivos ou negativos, que importa considerar a nível teórico e prático.

De facto, o presente estudo contribuiu, para o desenvolvimento e a atualização da literatura nesta área, tendo sido feita uma análise global dos três construtos considerados (i.e., disponibilidade emocional, vinculação e práticas educativas parentais), assim como as relações

existentes entre si. Contribui igualmente para um maior e melhor conhecimento acerca das interações e relações que se estabelecem nas famílias adotivas nos seus contextos naturais. Esta visão ecológica destas famílias pode constituir uma grande mais-valia para os profissionais que trabalham nesta área uma vez que pelas características do processo adotivo, muitas vezes sentido como devassador da intimidade destas famílias, existem muitos aspetos que não são livre e espontaneamente partilhados com os profissionais por parte das famílias. Para além disso, os aspetos específicos dinâmicos e complexos das relações e interações significativas constituem-se como fundamentais para uma compreensão profunda e adequada dos processos de construção de relações de parentalidade e filiação por adoção.

À guisa de conclusão, são ainda apresentadas algumas recomendações/implicações, derivadas do presente estudo, quer para a investigação, teoria, prática e política. A nível de investigação e teoria, considera-se o conhecimento de aspetos subjacentes às representações ou perceções, relações e interações das mães adotivas (i.e., vinculação do adulto; práticas educativas parentais dos seus pais), e o forte impacto que estes têm na DE apresentada com os filhos. Do ponto de vista teórico fica reforçada a relação entre as perceções das práticas educativas parentais na infância e na adolescência e as nuances da vinculação com as pessoas significativas na vida adulta, bem como do poder positivo do suporte emocional parental sobre os aspetos mais positivos associados a vinculações seguras na adultez. Reforça-se igualmente a relevância do suporte emocional parental nas primeiras fases de vida, para a qualidade da vinculação e desta para a adequação e qualidade da estruturação das mães adotivas na interação com os seus filhos adotivos.

O facto deste estudo considerar fenómenos de transgeracionalidade, quer a nível da vinculação, quer a nível das práticas educativas parentais, também se assume como um contributo, podendo acrescentar ingredientes-chave para modelos preditivos de determinados comportamentos interativos na relação parental-filial.

A nível da prática profissional e das políticas sociais, sugere-se o investimento na formação dos técnicos profissionais das Equipas de Adoção, e, conseqüentemente, a formação de candidatos à adoção, e de pais adotivos. Parece relevante que os profissionais possuam o conhecimento de que as memórias de práticas educativas parentais na infância e adolescência podem associar-se e até predizer estilos de vinculação nas mães adotivas, bem como da estruturação da aprendizagem e das atividades dos filhos adotivos, e que compreendam a sua potencial relevância a vários níveis (e.g., relação pais-filhos, ajustamento da família adotiva, desenvolvimento da criança). Desta forma, poder-se-á utilizar estes instrumentos de avaliação

e desenvolver uma serie de programas de intervenção que permitam aos profissionais intervirem com os pais adotivos para que estes possam:

- (1) Ter consciência das percepções que têm das práticas educativas parentais, bem como do impacto que isso pode ter na forma como pensam e sentem as suas relações;
- (2) Consciencializar-se dos seus estilos de vinculação e de que forma essas podem afetar as suas relações e interações com os outros;
- (3) Compreenderem e desenvolverem estratégias adaptativas de interpretação das pistas relacionais;
- (4) Aprender formas adequadas de revelar disponibilidade emocional em relação aos seus filhos, nomeadamente ao nível da sensibilidade e da estruturação.

Seria interessante que o desenvolvimento destas intervenções, bem como a análise da sua eficácia, fossem explorados em futuras investigações, contribuindo-se desta forma para ultrapassar o hiato existente entre os resultados de investigação e a sua implementação na prática e no mundo social.

Além disso, para os psicólogos educacionais os resultados deste estudo são fundamentais, para o apoio às famílias adotivas a vários níveis, incluindo na interpretação da informação recebida e impacto/importância desta, e assim, na intervenção em situações específicas.

Neste sentido, espera-se que os diversos resultados e reflexões emergentes desta investigação, incluída no campo de investigação da adoção, disponibilidade emocional, vinculação e práticas educativas parentais, possam, de alguma forma, contribuir de forma significativa. Contribuir, por exemplo, para práticas profissionais intencionalizadas baseadas nas evidências empíricas, otimizando o investimento público no processo adotivo, de forma que os técnicos possam promover as competências emocionais parentais adequadas, fortalecendo o sistema e as estruturas familiares adotivas.

8. Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M. S. (1989). Attachments beyond infancy. *American psychologist*, 44(4), 709.
- Ainsworth, M. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. N. (2015). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Psychology Press.
<https://doi.org/10.4324/9780203758045>

- Almeida, A. O. D. (2013). *Envolvimento paterno e memórias de infância em pais de crianças com idades entre os 5 e os 10 anos* (Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Portugal).
- Almeida, A. S. (2017). *O processo adotivo: características psicossociais, disponibilidade emocional parental e desenvolvimento das crianças* (Tese de Doutoramento, Universidade do Algarve, Portugal).
- Altenhofen, S., Clyman, R., Little, C., Baker, M., & Biringen, Z. (2013). Attachment security in three-year-olds who entered substitute care in infancy. *Infant Mental Health Journal*, 34, 435–445. <http://doi.org/10.1002/imhj.21401>
- Aluja, A., Del Barrio, V., & García, L.F. (2005). Relationships between adolescents' memory of parental rearing styles, social values and socialization behavior traits. *Personality and Individual Differences*, 39, 903-912. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2005.02.028>
- Asselmann, E., Knappe, S., Wittchen, H., Lieb, R., & Beesdo-Baum, K. (2014). Stability of recalled parental rearing behavior in a community sample of adolescents and young adults. *Journal of Research on Adolescence*, 25, 614-621. <http://doi.org/10.1111/jora.12158>
- Aviezer, O., Sagi, A., Joels, T., & Ziv, Y. (1999). Emotional availability and attachment representations in Kibbutz infants and their mothers. *Development Psychology*, 35, 811–821. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.35.3.811>
- Aviezer, O., Sagi-Schwartz, A., & Koren-Karie, N. (2003). Ecological constraints on the formation of infant–mother attachment relations: When maternal sensitivity becomes ineffective. *Infant Behavior and Development*, 26(3), 285-299. [https://doi.org/10.1016/S0163-3683\(03\)00032-8](https://doi.org/10.1016/S0163-3683(03)00032-8)
- Baker, M., Biringen, Z., Meyer-Parsons, B., & Schneider, A. (2015). Emotional Attachment and emotional availability tele-intervention for adoptive families. *Infant Mental Health Journal*, 36(2), 179-192. <https://doi.org/10.1002/imhj.21498>
- Barone, L., & Lionetti, F. (2011). Attachment and emotional understanding: A study on late-adopted pre-schoolers and their parents. *Child: Care, Health and Development*, 38, 690–696. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2011.01296.x>

- Barone, L., Barone, V., Dellagiulia, A., & Lionetti, F. (2018). Testing an attachment-based parenting intervention-VIPP-FC/A in adoptive families with post-institutionalized children: Do maternal sensitivity and genetic markers count?. *Frontiers in psychology*, 9, 156. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.00156>
- Barone, L., Fossati, A. & Guiducci, V. (2011) Attachment mental states and inferred pathways of development in borderline personality disorder: A study using the adult attachment interview. *Attachment & Human Development*, 13(5). <https://doi.org/10.1080/14616734.2011.602245>
- Barone, L., Lionetti, F., Dellagiulia, A., Alagna, C., & Rigobello, L. (2015). “Promoting emotional availability in mothers of late adopted children: a randomized controlled trial using the VIPP-SD,” in Paper Presented at the 7th International Attachment Conference, New York, August 6–8.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child development*, 887-907. <https://doi.org/10.2307/1126611>
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental psychology*, 4 (1, Pt.2), 1-103. <https://doi.org/10.1037/h0030372>
- Beebe, B., & Lachmann, F. (2003). *Infant research and adult treatment: Co-constructing interactions*. Hillsdale, NJ: The Analytic Press.
- Beijersbergen, M. D., Juffer, F., Bakermans-Kranenburg, M. J., & van IJzendoorn, M. H. (2012). Remaining or becoming secure: Parental sensitive support predicts attachment continuity from infancy to adolescence in a longitudinal adoption study. *Developmental Psychology*, 48, 1277–1282. <https://doi.org/10.1037/a0027442>
- Belsky, J. (2005). The developmental and evolutionary psychology of intergenerational transmission of attachment. *Attachment and bonding: A new synthesis*, 92.
- Biringen, Z. (2000). Emotional availability: Conceptualization and research findings. *American Journal of Orthopsychiatry*, 70(1), 104-114. <https://doi.org/10.1037/h0087711>
- Biringen, Z. (2008). Emotional Availability (EA) Intervention instructor’s manual and parent workbook.
- Biringen, Z., Damon, J., Grigg, W., Mone, J., Pipp-Siegel, S., Skillern, S., et al (2005). Emotional availability: Differential predictions to infant attachment and kindergarten adjustment based on observation time and context. *Infant Mental Health Journal*, 26, 295–308. <https://doi.org/10.1002/imhj.20054>

- Biringen, Z., Derscheid, D., Vliegen, N., Closson, L., & Easterbrooks, M. A. (2014). Emotional availability (EA): Theoretical background, empirical research using the EA Scales, and clinical applications. *Developmental review, 34*(2), 114-167. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2014.01.002>
- Biringen, Z., Fidler, D., Barrett, K., & Kubicek, L. (2005). Applying the emotional availability scales to children with disabilities. *Infant Mental Health Journal, 26*, 369–391. <https://doi.org/10.1002/imhj.20058>
- Biringen, Z., Robinson, J. L., & Emde, R. N. (1998). *The Emotional Availability Scales* (3rd ed).
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss: Vol.1, Attachment*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and Loss: Vol. 2. Separation*. New York: Basic Books.
- Bretherton, I. (2010). Fathers in attachment theory and research: A review. *Early Child Development and Care, 180* (1–2), 9–23. <https://doi.org/10.1080/03004430903414661>
- Brinich, P. M. (1995). Psychoanalytic perspectives on adoption and ambivalence. *Psychoanalytic psychology, 1* 2(2), 181. <https://doi.org/10.1037/h0079627>
- Brodzinsky, D. M., Smith, & Brodzinsky, A. B. (1998). *Children's adjustment to adoption*. Vol. 38: Developmental Clinical Psychology and Psychiatry. New York: Sage Publications.
- Brodzinsky, D., & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. Bornstein (Ed). *Handbook of Parenting* (2nd ed.). (279-311). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Cabrera, N. J., & Tamis-LeMonda, C. S. (Eds.) (2013). *Handbook of father involvement: Multidisciplinary perspectives*. Routledge. <https://doi.org/10.1080/14681994.2014.1001355>
- Cabrera, N. J., Tamis-LeMonda, C. S., Bradley, R. H., Hofferth, S., & Lamb, M. E. (2000). Fatherhood in the twenty-first century. *Child Development, 71*(1), 127-136. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00126>

- Calvo, V., Palmieri, A., Codamo, A., Scampoli, M. R., & Bianco, F. (2015). Perceptions of parental bonding, adult attachment, and marital adjustment in prospective adoptive parents. An empirical study in the pre-adoptive period. *Sexual and Relationship Therapy, 30*(4), 419-432. <https://doi.org/10.1080/14681994.2014.1001355>
- Canavarro, M. C. (1996). Avaliação das práticas educativas através do EMBU: Estudos psicométricos. *Psychologica, 16*, 5-18.
- Canavarro, M. C. (1997). *Relações Afectivas ao Longo do Ciclo de Vida e Saúde Mental* (Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra).
- Capaldi, D. M., Pears, K., Patterson, G. R., & Owen, L. D. (2003). Continuity of parenting practices across generations in an at-risk sample: A prospective comparison of direct and mediated associations. *Journal of Abnormal Child Psychology, 31*, 127-142. <https://doi.org/10.1023/A:1022518123387>
- Carter, A., Garrity-Rokous, E., Chazan-Cohen, R., Little, C., & Briggs-Gowan, M. (2001). Maternal depression and comorbidity: Predicting early parenting, attachment security and toddler social-emotional problems and competencies. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 40*, 18-26. <https://doi.org/10.1097/00004583-200101000-00012>
- Cassibba, R., Van IJzendoorn, M., & Coppola, G. (2012). Emotional availability and attachment across generations: Variations in patterns associated with infant health risk status. *Child: care, health and development, 38*(4), 538-544. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2011.01274.x>
- Cassidy, J., & Shaver, P. R. (2008). *Handbook of Attachment: Theory, Research, and Clinical Applications*. New York: Guilford Press.
- Ceballo, R., Lansford, J. E., Abbey, A., & Stewart, A. J. (2004). Gaining a child: Comparing the experiences of biological parents, adoptive parents, and stepparents. *Family Relations, 53*(1), 38-48. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2004.00007.x>
- Clark, E. L., Jiao, Y., Sandoval, K., & Biringer, Z. (2021). Neurobiological Implications of Parent-Child Emotional Availability: A Review. *Brain Sciences, 11*(8), 1016. <https://doi.org/10.3390/brainsci11081016>

- Cowan, P. A., Cohn, D. A., Cowan, C. P., & Pearson, J. (1996). Parents' attachment histories and children's externalizing and internalizing behaviors: Exploring family models of linkage. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64(1), 53–63. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.64.1.53>
- Cummings, M. E., Davies, P. T., & Campbell, S. B. (2000). *Developmental Psychopathology and family process: Theory, research and clinical implications*. New York: Guilford Press.
- Curran, P. J., West, S. G., & Finch, J. F. (1996). The Robustness of Test Statistics to Non-Normality and Specification Error in Confirmatory Factor Analysis. *Psychological Methods*, 1, 16. <https://doi.org/10.1037/1082-989X.1.1.16>
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487–496. <http://doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>
- Decreto-Lei n.º 31/2003, *Diário da República* I Série, nº193, 22 de Agosto de 2003.
- Doinita, N. E., & Maria, N. D. (2015). Attachment and parenting styles. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 203, 199-204. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.08.28>
- Easterbrooks, M. A., & Biringen, Z. (2000). Mapping the terrain of emotional availability and attachment. *Attachment & Human Development*, 2, 129–135. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01069>
- Emde, R. (1980). Emotional availability: A reciprocal reward system for infants and parents with implications for prevention of psychosocial disorders. In P.M. Taylor (Ed.), *Parent–infant relationships* (pp. 101–130). Orlando, FL: Grune & Stratton.
- Emde, R. N., & Easterbrooks, M. A. (1985). Assessing emotional availability in early development. In W. K. Frankenburg, R. N. Emde, & J. W. Sullivan (Eds.), *Early ir*, P. R. (2000). *Adult romantic attachment identification of children at risk. An international perspective*. (pp. 79-101). New York/ London: Plenum Press.
- Espinet, S. D., Jeong, J. J., Motz, M., Racine, N., Major, D., & Pepler, D. (2013). Multimodal assessment of the mother–child relationship in a substance-exposed sample: divergent associations with the emotional availability scales. *Infant Mental Health Journal*, 34, 496–507. <https://doi.org/10.1002/imhj.21409>

- Eyüboğlu, D., & Eyüboğlu, M. (2020). Prenatal attachment, anxiety and depression in pregnant adolescents and the emotional availability of their parents. *Anatolian Journal of Psychiatry/Anadolu Psikiyatri Dergisi*, 21(2). <https://doi.org/10.5455/apd.56516>
- Fraley, R. C., & Shaver, P. R. (2000). Adult romantic attachment: Theoretical developments, emerging controversies, and unanswered questions. *Review of general psychology*, 4(2), 132-154. <https://doi.org/10.1037/1089-2680.4.2.132>
- Garvin, M. C., Tarullo, A.R., Ryzin, M. V., & Gunnar, M. R. (2012). Postadoption parenting and socioemotional development in postinstitutionalized children. *Development and Psychopathology*, 24, 35–48. <https://doi.org/10.1017/S0954579411000642>
- Groh, A. M., Fearon, R. M., IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Roisman, G. I. (2016). Attachment in the early life course: Meta-analytic evidence for its role in socioemotional development. *Child Development Perspectives*. <https://doi.org/10.1111/cdep.12213>
- Grotevant, H. D., McRoy, R. G., & Jenkins, V. Y. (1988). Emotionally disturbed, adopted adolescents: Early patterns of family adaptation. *Family Process*, 27(4), 439-457. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1988.00439.x>
- Guttman, H.A. (1991). *Systems theory, cybernetics, and epistemology*. In A.S. Gurman & D.P. Kniskern (Eds.), *Handbook of family therapy* (Vol. 2, pp. 41–62). Philadelphia: Brunner/Mazel.
- Hayes, A. F. (2018). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach* (2nd Ed.). Guilford Press.
- Hennig, F. (2008). *Relação entre práticas educativas parentais e memórias de cuidado na infância*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil).
- Horstman, H., K., Colaner, C., W. & Rittenour, C., E. (2016) Contributing factors of adult adoptees' identity work and self-esteem: Family communication patterns and adoption-specific communication, *Journal of Family Communication*, 16:3, 263-276. <http://doi.org/10.1080/15267431.2016.1181069>
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2021). *CASA 2020 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.

- Ji, J., Brooks, D., Barth, R., P., & Kim, H. (2010). Beyond preadoptive risk: The impact of adoptive family environment on adopted youth's psychosocial adjustment. *American Journal of Orthopsychiatry*, 80(3), 432–442. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.2010.01046.x>
- Kim, H., & Page, T. (2013). *Emotional Bonds with Parents, Emotion Regulation, and School-Related Behavior Problems Among Elementary School Truants*. , 22(6), 869–878. <https://doi.org/10.1007/s10826-012-9646-5>
- Ladd, G. W., & Pettit, G. S. (2002). Parenting and the development of children's peer relationships. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Practical issues in parenting* (Vol. 5, pp. 269–309). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Levinzon, G. K. (2006). A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças: Psicologia da Saúde*, 14(1), 24-31.
- Levinzon, G. K. (2016). Adoção e sofrimento psíquico. *Psicanálise*, 18(1), 57-73.
- Lomanowska, A. M., Boivin, M., Hertzman, C., & Fleming, A. S. (2017). Parenting begets parenting: A neurobiological perspective on early adversity and the transmission of parenting styles across generations. *Neuroscience*, 342, 120-139. <https://doi.org/10.1016/j.neuroscience.2015.09.029>
- Lundberg, M., Perris, C., Schlette, P., & Adolfsson, R. (2000). Intergenerational transmission of perceived parenting. *Personality and Individual Differences*, 28(5), 865-877. [https://doi.org/10.1016/S0191-8869\(99\)00144-0](https://doi.org/10.1016/S0191-8869(99)00144-0)
- Mahler, M. S., Pine, F., & Bergman, A. (1975). *The Psychological Birth of the Human Infant. Symbiosis and Individuation*. New York (Basic Books) 1975.
- Main, M., & Solomon, J. (1990). “Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation,” in *Attachment in the Preschool Years: Theory, Research, and Intervention*, Vol. 1, eds M. T. Greenberg, D. Cicchetti, and E. M. Cummings (Chicago, University of Chicago Press), 121–160.
- Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood: A move to the level of representation. *Monographs of the society for research in child development*, 66-104. <https://doi.org/10.2307/3333827>

- Marrero-Quevedo, R. J., Blanco-Hernández, P. J., & Hernández-Cabrera, J. A.. (2018). Adult Attachment and Psychological Well-Being: The Mediating Role of Personality. *Journal of Adult Development*, 26, 41–56. <https://doi.org/10.1007/s10804-018-9297-x>
- Mikulincer, M., & Florian, V. (1999). The association between spouses self-reports of attachment styles and representations of family dynamics. *Family Process*, 38(1999), 69–83. <http://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1999.00069.x>
- Ongari, B., & Tomasi, F. (2013). Rappresentazioni dell'attaccamento e interazioni tra i bambini adottati ei loro genitori. Indicazioni qualitative da una ricerca-azione [Attachment representations and interactions between adopted children and their parents. Qualitative indicators from an action research]. *Rassegna di Psicologia*, 1, 49–64. <https://doi.org/10.7379/73506>
- Pace, C. S., & Zavattini, G. C. (2010). 'Adoption and attachment theory' the attachment models of adoptive mothers and the revision of attachment patterns of their late-adopted children. *Child: Care, Health and Development*, 37, 82–88. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2010.01135.x>
- Pace, C. S., Zavattini, G. C., & D'Alessio, M. (2012). Continuity and discontinuity of attachment patterns: A short-term longitudinal pilot study using a sample of late-adopted children and their adoptive mothers. *Attachment & Human Development*, 14, 45–61. <https://doi.org/10.1080/14616734.2012.636658>
- Pace, C., S., Santona, A., Zavattini, G., C., & Folco, S., D. (2015). Attachment states of mind and couple relationships in couples seeking to adopt. *Journal of Child and Family Studies*, 24, 3318–3330. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0134-6>
- Palacios, J., & Brodzinsky, D. (2010). Review: Adoption research: Trends, topics, outcomes. *International Journal of Behavioral Development*, 34(3), 270–284. <https://doi.org/10.1177/0165025410362837>
- Palacios, J., & Sanchez-Sandoval, Y. (2006). Stress in parents of adopted children. *International Journal of Behavioral Development*, 30(6), 481–487. <https://doi.org/10.1177/016502540607149>

- Palacios, J., Sanchez-Espinosa, E. & Sanchez-Sandoval, Y. (1995). Entrevista sobre el Proceso de Adopción. Sevilla, España. Departamento de Psicología Evolutiva y de la Educación. Universidad de Sevilla.
- Perris, C., & Andersson, P. (2000). Experiences of parental rearing and patterns of attachment in adulthood. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 7, 279-288. [https://doi.org/10.1002/1099-0879\(200010\)7:43.0.CO;2-7](https://doi.org/10.1002/1099-0879(200010)7:43.0.CO;2-7)
- Piermattei, C., Pace, C. S., Tambelli, R., D'Onofrio, E., & Di Folco, S. (2017). Late adoptions: Attachment security and emotional availability in mother-child and father-child dyads. *Journal of Child and Family Studies*, 26(8), 2114-2125. <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0732-6>
- Pillai-Riddell, R. R., & Chambers, C. T. (2007). Parenting and pain during infancy. In K. J. S. Anand, B. J. Stevens, & P. J. McGrath (Eds.), *Pain in neonates and infants* (3rd ed., pp. 289-298). Philadelphia/Edinburgh, PA: Elsevier.
- Pillai-Riddell, R. R., & Racine, N. M. (2009). Assessing pain in infancy: the caregiver context. *Pain Research and Management: The Journal of the Canadian Pain Society*, 14, 27-32. <https://doi.org/10.1155/2009/410725>
- Ricks, M. H. (1985). The social transmission of parental behavior: Attachment across generations. *Monographs of the society for Research in Child development*, 211-227. <https://doi.org/10.2307/3333834>
- Roberson, K., C. (2006). Attachment and caregiving behavioral systems in intercountry adoption: A literature review. *Children and Youth Services Review*, 28, 727-740. <http://doi.org/10.1016/j.childyouth.2005.07.008>
- Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C., & Magarinho, R. (2004). Memória de cuidados na infância, estilo de vinculação e qualidade da relação com pessoas significativas: Estudo com grávidas adolescentes. *Análise Psicológica*, XXII(4), 643-665.
- Román, M., & Palacios, J. (2011). Separación, pérdida y nuevas vinculaciones: el apego en la adopción. *Acción psicológica*, 8(2), 99-111.

- Rueter, M., A., Keyes, M., A., Iacono, W., G., & McGue, M. (2009). Family interactions in adoptive compared to nonadoptive families. *Journal of Family Psychology*, 23(1), 58–66. <http://doi.org/10.1016/j.surg.2006.10.010>
- Salcuni, S., Miconi, D., Altoè, G., & Moscardino, U. (2015). Dyadic adjustment and parenting stress in internationally adoptive mothers and fathers: The mediating role of adult attachment dimensions. *Frontiers in Psychology*, 6, 1–10. <http://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01279>
- Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adopção: O Direito e os afectos Caracterização das famílias adoptivas do Distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 26(3), 501-517. <https://doi.org/10.14417/ap.511>
- Sameroff, A.J., & Fiese, B.H. (2000). Transactional regulation: The developmental ecology of early intervention. In J.P. Shonkoff & S.J. Meisels (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (2nd ed., pp. 135–159). New York: Cambridge.
- Santona, A., & Zavattini, G., C. (2005). Partnering and parenting expectations in adoptive couples. *Sexual and Relationship Therapy*, 29(3), 309–322. <http://doi.org/10.1080/14681990500142004>
- Santos, S., Crespo, C., Canavarro, M., C., & Kazak, A., E. (2016). Parents' romantic attachment predicts family ritual meaning and family cohesion among parents and their children with cancer. *Journal of Pediatric Psychology*, 1–11. <http://doi.org/10.1093/jpepsy/jsw043>
- Saunders, H., Kraus, A., Barone, L. & Biringen; Z. (2015). Emotional availability: theory, research, and intervention. *Frontiers in Psychology*, 6. <http://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01069>
- Schoenmaker, C., Juffer, F., van IJzendoorn, M. H., Linting, M., Van Der Voort, A., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2015). From maternal sensitivity in infancy to adult attachment representations: A longitudinal adoption study with secure base scripts. *Attachment & Human Development*, 17, 241–256. <https://doi.org/10.1080/14616734.2015.1037315>

- Shannon, J. D., Tamis-LeMonda, C. S., & Margolin, A. (2005). Father involvement in infancy: Influences of past and current relationships. *Infancy*, 8(1), 21-41. https://doi.org/10.1207/s15327078in0801_2
- Silveira, C. B. D. (2020). *Vinculação e Bem-Estar Psicológico: Contributos da Personalidade e das Memórias Precoces das Práticas Educativas Parentais na Idade Adulta* (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra).
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2006). *Using Multivariate Statistics (5th Edition)*. Allyn & Bacon, Inc., USA.
- Van Den Dries, L., Juffer, F., Van Ijzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Alink, L. R. A. (2012). Infants' responsiveness, attachment, and indiscriminate friendliness after international adoption from institutions or foster care in China: Application of Emotional Availability Scales to adoptive families. *Development and Psychopathology*, 24, 49–64. <https://doi.org/10.1017/S0954579411000654>
- Van IJzendoorn, M. H. (1992). Intergenerational transmission of parenting: A review of studies in nonclinical populations. *Developmental Review*, 12, 76- 99. [https://doi.org/10.1016/0273-2297\(92\)90004-L](https://doi.org/10.1016/0273-2297(92)90004-L)
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: Transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 16, 407-414. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300011>
- West, M. L., & Sheldon-Keller, A. E. (1994). *Patterns of relating – an adult attachment perspective* (pp. 1-23; 53-65). New York: Guildford Press.
- Ziv IV, Y., Aviezer, O., Gini, M., Sagi, A., & Karie, N. K. (2000). Emotional availability in the mother–infant dyad as related to the quality of infant–mother attachment relationship. *Attachment & Human Development*, 2 (2), 149-169. <https://doi.org/10.1080/14616730050085536>